

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 114/2025
Data: 13/08/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
EVENTO DEBATE NESTA QUARTA BARREIRAS PARA SUSTENTABILIDADE AVANÇAR NO SETOR.....	4
MAIOR OBRA DE INFRAESTRUTURA DO BRASIL, TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TERÁ LEILÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, DIZ SECRETÁRIO	6
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS INICIA OBRAS NO CANAL DO MERCADO; INVESTIMENTO PASSA DE R\$ 5 MILHÕES	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
“CONEXÕES TRANSNORDESTINA” DISCUTE FERROVIA E LOGÍSTICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ATINGE RECORDE NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
PORTOS - PORTOS BRASILEIROS TÊM O MELHOR SEMESTRE DA HISTÓRIA	11
MPOR E COMANDO DA AERONÁUTICA VÃO INVESTIR R\$ 96 MILHÕES EM TECNOLOGIA PARA AMPLIAR SEGURANÇA NOS AEROPORTOS	12
GOVERNO DÁ INÍCIO À CAMPANHA DE COMBATE AO ASSÉDIO NOS AEROPORTOS	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
TRÁFEGO NO VIADUTO DE ACESSO A SÃO LOURENÇO DO SUL, NA BR-116/RS, É LIBERADO	15
APÓS DECISÃO DO STF PUBLICADA NESTA TERÇA (12), RODOVIA DO AÇO SEGUIE ADMINISTRADA PELA UNIÃO	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – RESPOSTA AO TARIFAÇO.....	17
NACIONAL - HUB – CURTAS - GOIÁS INICIA OBRAS DO COMPLEXO VIÁRIO DE RIO VERDE	18
<i>Investimento, oriundo do Fundeinfra, ultrapassa os R\$ 150 milhões</i>	18
<i>Logística</i>	18
<i>Atenção no Rio Paraguai</i>	18
<i>Profundidade</i>	18
<i>Web Summit Lisboa</i>	18
<i>Lançamento</i>	18
NACIONAL - GOVERNO VAI LIBERAR R\$ 30 BILHÕES A EXPORTADORES PREJUDICADOS POR TARIFAÇO.....	18
NACIONAL - HADDAD: PACOTE PARA APOIAR EXPORTADORES ESTÁ “100% DEFINIDO”	19
NACIONAL – MPOR LANÇA CAMPANHA NACIONAL CONTRA ASSÉDIO EM AEROPORTOS	20
NACIONAL - ANTAQ ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE TERMINAL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO	21
NACIONAL - MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS TEM TROCA NA SECRETARIA-EXECUTIVA E NA AVIAÇÃO CIVIL.....	22
NACIONAL - SISTEMA BRASILEIRO GARANTE NAVEGAÇÃO SEGURA MESMO SEM SINAL DE GPS	23
NACIONAL - PARCERIA AMPLIA OFERTA DE CIANETO DE SÓDIO PARA MINERADORAS BRASILEIRAS.....	24
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS RECEBERÁ MAIS DE R\$ 700 MILHÕES EM DEBÊNTURES.....	25
BAHIA EXPORT - INOVA EXPORT ABRE O BAHIA EXPORT COM DEBATES SOBRE INOVAÇÃO E LOGÍSTICA	26
C O N E X Ã O – NORDESTE - PARCERIA ENTRE CODERN, GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL RESULTA EM NOVO MOMENTO PARA A INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DO RN.....	27
C O N E X Ã O – NORDESTE - GOVERNADORAS DEFENDEM ARCUAÇÃO COM SETOR PRODUVO PARA ENFRENTAR TARIFAÇO DOS EUA	28
C O N E X Ã O – NORDESTE - BAHIA, RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ SÃO OS MAIORES GERADORES DE EMPREGOS INDUSTRIAIS DO NORDESTE NO ACUMULADO DO ANO.....	29
C O N E X Ã O – NORDESTE - PREFEITO DE JOÃO PESSOA RECEBE CERFICADO DE MAIOR EMPREENDEDOR DA PARAÍBA... 30	
JORNAL O GLOBO – RJ	31
TARIFAÇO DE TRUMP: VEJA TODAS AS MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO LULA PARA SOCORRER EMPRESAS AFETADAS.....	31
POSSÍVEL APOSENTADORIA DE BARROSO DO STF PODE DEFINIR FUTURO DE PACHECO E ELEIÇÕES EM MINAS	34
GOVERNO QUER RETIRAR R\$ 9,5 BILHÕES DO PLANO DE CONTINGÊNCIA A TARIFAÇO DA META FISCAL DE 2025.....	35
WELBER BARRAL: PACOTE DO GOVERNO AJUDA EXPORTADORES, MAS NÃO HÁ “BALA DE PRATA”	36
PACOTE DE CONTINGÊNCIA PREVÊ ADIAMENTO DE DOIS MESES DA COBRANÇA DE IMPOSTOS POR EMPRESAS AFETADAS POR TARIFAÇO DE TRUMP.....	37
PACOTE DE CONTINGÊNCIA A TARIFAÇO DE TRUMP PREVÊ R\$ 4,5 BI DE APORTE EM FUNDOS E LIMITE DE R\$ 5 BI PARA REINTEGRA	38
BRASIL TENTARÁ AUMENTAR EXCEÇÕES AO TARIFAÇO DOS EUA, AFIRMA SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR.....	39
FGE, QUE SERÁ USADO EM SOCORRO A EXPORTADORES, TEM PATRIMÔNIO DE R\$ 53,8 BI E LUCROU R\$ 1,7 BI NO 1º SEMESTRE.....	40



GOVERNADORES DE DIREITA ACUSAM LULA DE 'RADICALIZAÇÃO' E 'IRRESPONSABILIDADE' EM REAÇÃO AO TARIFAÇO	41
GOVERNO VAI SUSPENDER TRIBUTOS PARA EXPORTADORES BRASILEIROS AFETADOS POR TARIFAÇO DE TRUMP; VEJA CRITÉRIOS	43
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	44
EMPRESAS IMPACTADAS PELO TARIFAÇO QUE JÁ TENHAM CONTRATOS NO PRONAMPE PODERÃO PRORROGAR PARCELAS	44
SOCORRO CONTRA TARIFAÇO TERÁ R\$ 30 BI EM CRÉDITO, COMPRAS DO GOVERNO E ADIAMENTO DE IMPOSTOS	44
ANÁLISE - BRASIL SOBERANO: PALIATIVO BILIONÁRIO PARA UMA CRISE COMERCIAL SEM SOLUÇÃO À VISTA	46
TARCÍSIO DIZ QUE BRASIL 'NÃO AGUENTA MAIS LULA' E DEFENDE 'TROCAR O PILOTO' PARA MELHORAR O PAÍS	47
TAURUS, VALE E JBS INTENSIFICARAM LOBBY PARA DEFENDER INTERESSES NOS EUA EM MEIO À GUERRA TARIFÁRIA.....	48
VALOR ECONÔMICO (SP).....	51
GRUPO MATEUS CRESCE ACIMA DO VAREJO NO 2º TRI E MANTÉM FOCO EM RENTABILIDADE.....	51
ENEVA TEM QUEDA DE 65,8% LUCRO LÍQUIDO NO 2º TRIMESTRE, PARA R\$ 364,5 MILHÕES.....	53
AGÊNCIA BRASIL - DF	53
TARIFAÇO: LULA ANUNCIA CRÉDITOS DE R\$ 30 BI PARA EXPORTADORES. 'TEXTO 100% DEFINIDO', DIZ HADDAD	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS	55
SETOR AQUAVIÁRIO MOVIMENTOU 653,7 MILHÕES DE TONELADAS NO 1º SEMESTRE.....	55
SEAGEMS CONCLUI PROJETO BRAVA APÓS 3 ANOS DE PARCERIA NO CAMPO DE ATLANTA.....	56
A HIDROCLEAN BRASIL ANUNCIOU QUE THIAGO LEMGRUBER É SEU NOVO DIRETOR EXECUTIVO	56
BNDES APROVA R\$ 239 MILHÕES PARA SERVIÇOS EM 15 EMBARCAÇÕES E OBRAS DE ESTALEIRO NO AÇU	57
PPU PODE SER ALIADO DAS OPERAÇÕES DE PRATICAGEM EM CASO DE BLOQUEIO DE SINAIS GPS	57
EMPRESA DE CONSTRUÇÃO NAVAL DA CHINA REGISTRA LUCRO RECORDE NO 1º SEMESTRE	59
ALEXANDRE KLOH, DO MAC LAREN: AO MENOS 10 ANOS DE OPORTUNIDADES.....	59
NITERÓI ENCAMINHA PL PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DO SETOR NAVAL.....	62
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	63
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	63



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EVENTO DEBATE NESTA QUARTA BARREIRAS PARA SUSTENTABILIDADE AVANÇAR NO SETOR

Grupo Tribuna promove 2º Encontro COP Portos Sustentáveis, no Complexo Portuário Industrial de Suape (PE)

Por Bárbara Farias 13 de agosto de 2025



Porto de Suape, em Pernambuco, sedia o 2º Encontro COP Portos Sustentáveis durante a tarde desta quarta (Divulgação)

Há projetos e investimentos disponíveis, mas falta legislação e regulação que permitam o avanço efetivo da sustentabilidade nos portos. As principais barreiras existentes serão discutidas no 2º Encontro COP Portos Sustentáveis - Suape, que o Grupo Tribuna promove nesta quarta-feira (13), a partir das 13 horas, no Complexo Portuário Industrial de Suape, a 40 quilômetros de Recife, em Pernambuco.

Será o segundo de três encontros cujo objetivo é colher propostas que farão parte de um documento endereçado à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em novembro, em Belém (PA).

O primeiro aconteceu em Paranaguá (PR) e o último será em Santos, em 2 de setembro. O relatório final será formatado pela advogada Cristina Wadner, especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, e pelo advogado e sócio-diretor do escritório Gallotti Advogados, Fábio Silveira, que integra o departamento jurídico da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph).

Em Suape, ambos apresentarão o documento com os principais eixos jurídicos e institucionais construídos na Fase 1 do projeto COP30 Portos, com base no diagnóstico feito em Paranaguá. “Vamos destacar quais barreiras legais e regulatórias precisam ser enfrentadas para garantir que as iniciativas já em andamento — como planos de descarbonização, projetos de eletrificação e uso de combustíveis alternativos — tenham segurança jurídica, padronização e escala nacional”, diz Cristina.

Segundo ela, também serão abordados “aspectos críticos como a ausência de regulação específica para energia limpa e biocombustíveis navais, a carência de incentivos estruturados e a necessidade urgente de padronizar os inventários de emissões. Isso porque os projetos existentes, ainda que viáveis sob o viés financeiro, não são juridicamente possíveis, diante das lacunas existentes no ordenamento”.

Cristina destaca que o objetivo será “conectar as experiências práticas com propostas concretas de instrumentos normativos, que serão refinadas nos próximos encontros e levadas como contribuição do setor à COP30”.

Paranaguá

Para a advogada, o encontro em Paranaguá foi fundamental para iniciar o mapeamento nacional da transição energética portuária e consolidar um modelo técnico-jurídico com base em evidências concretas. “Visualizamos a materialização da transição energética em diversas frentes como a



implantação de mais de 20 programas ambientais contínuos, com monitoramentos físicos e biológicos realizados com alta frequência e investimentos consistentes, todos integrados ao licenciamento ambiental vigente”.

A especialista destacou ainda, o nível de detalhamento do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), abrangendo os escopos 1, 2 e 3, incluindo a mensuração da pegada de carbono por tipo de navio e por tipo de carga — ferramenta essencial ao planejamento estratégico da descarbonização.

“Há experiências nacionais sólidas e replicáveis que devem orientar a construção de propostas jurídicas seguras, realistas e adaptáveis às diferentes realidades portuárias do País”.

Segundo a advogada, com as evidências percebidas em Paranaguá, o conteúdo técnico-jurídico será aprofundado em Suape. Um exemplo é a relevância do inventário de emissões, que identificou os navios como os principais emissores nas operações locais. “É fundamental compreender as ações conduzidas, sobretudo porque o tipo de combustível a ser adotado — que não será único — definirá os parâmetros de adaptação das infraestruturas portuárias”.

A especialista ressalta que é necessário “padronizar o monitoramento das emissões, como Paranaguá, que já realiza o cálculo da pegada de carbono por tipo de embarcação e por tipo de carga”.

Programação
13h Credenciamento

13h30 Abertura
Carlos Cavalcanti, diretor de Sustentabilidade do Complexo Industrial Portuário de Suape

13h50 Apresentação do documento técnico-jurídico - Fase 1 pela Comissão Jurídica COP 30 do Grupo Tribuna Cristina Wadner, advogada especialista em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro Fabio Silveira, advogado e sócio-diretor do Gallotti Advogados / Abeph

14h20 - Palestra 1 Javier Ramirez, diretor-executivo no Tecon Suape

14h40 - Palestra 2 Daiane Maeinchein, head de Comunicação, Responsabilidade Social Corporativa e Marketing na APM Terminals

15h - Palestra 3 Pablo Fonseca, diretor-executivo da Ambipar Response

15h20 - Coffee Break

15h40 – Painel COP 30 - Corredores marítimos climáticos: Inovação e ação coletiva para a descarbonização. Resiliência do setor portuário e aquaviário

Participantes:

Thairyne de Oliveira, secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)

Jesualdo Silva, presidente da ABTP

Renata Machado Santos, coordenadora de Inovação na Antaq

João Paulo Santana, diretor de Meio Ambiente na Portos do Paraná

Gilmara Temóteo, diretora-executiva na Abeph

Carlos Cavalcanti, diretor de Sustentabilidade do Complexo Industrial Portuário de Suape

Ingrid Zanella, presidente da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/08/2025

MAIOR OBRA DE INFRAESTRUTURA DO BRASIL, TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TERÁ LEILÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA, DIZ SECRETÁRIO

Governo de São Paulo afirma que empresas nacionais e internacionais estão interessadas no projeto, com investimento acima de R\$ 6 bilhões

Por Bárbara Farias 13 de agosto de 2025



Ligação seca entre Santos e Guarujá terá licitação internacional e concessão na modalidade de PPP (Vanessa Rodrigues/AT)

A menos de um mês do leilão do túnel imerso Santos-Guarujá, há grupos empresariais nacionais e internacionais garantindo a participação na concorrência da maior obra de infraestrutura do País. A informação é do secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini. O certame será realizado em 5 de setembro, às 16 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo

(B3).

Em entrevista para A Tribuna, o secretário não revelou quais nem quantas empresas são, mas disse que elas têm know-how nesse tipo de empreendimento.

“São grandes grupos nacionais e internacionais que estão interessados no túnel. Dentro desses grupos há empresas com atestação, que realmente sabem fazer o túnel, que vão trazer essa tecnologia para o Brasil, o que é uma das exigências do edital”.

Benini disse ainda que algumas companhias especializadas compõem consórcio e outras são subcontratadas, o que também está previsto no edital. “Essas empresas internacionais já estavam interessadas em investir no túnel. Elas estão participando de todo o processo, participaram durante a audiência pública, durante os esclarecimentos do edital e pediram algumas alterações no projeto”, comentou.

Os ajustes técnicos no projeto foram confirmados pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) no dia 13 de junho, em Santos, quando participou de ato cívico em celebração dos 262 anos do patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva.

As mudanças elevaram o custo da obra de R\$ 5,96 bilhões para R\$ 6,8 bilhões. A entrega dos envelopes dos licitantes está marcada para o dia 1º de setembro, às 10 horas, na B3 e a abertura das propostas ocorrerá no dia 5. Originalmente, o leilão estava marcado para 1º de agosto, mas teve a data alterada.

A licitação internacional será por concessão patrocinada na modalidade de parceria público-privada (PPP). Vencerá o licitante que oferecer o maior desconto sobre o valor anual da contraprestação pública máxima, que é de R\$ 438,4 milhões (data-base de março de 2025).

O contrato terá vigência de 30 anos e a futura concessionária será responsável pela construção, operação e manutenção do ativo, podendo auferir receita tarifária de R\$ 2,34 bilhões a partir do sexto ano de concessão. Dos R\$ 6,8 bilhões, R\$ 5,14 bilhões são aporte público e R\$ 1,78 bilhão a parte prevista em despesas operacionais.

Edital foi modificado para atrair mais empresas

Segundo o Governo do Estado, a minuta do edital foi atualizada para tornar a concessão mais atrativa ao setor privado, oferecendo garantias de previsibilidade, equilíbrio econômico-financeiro e segurança jurídica. As melhorias no edital resultam diretamente das contribuições colhidas no roadshow internacional promovido na Europa e na Ásia, que reuniu operadores globais de infraestrutura.

“Os roadshows realizados na Europa e na Ásia nos ajudaram a tirar algumas dúvidas, foram muito importantes para trazer empresas interessadas no túnel”, declarou o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini. O governador Tarcísio de Freitas e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participaram dessas missões internacionais.



Com 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros submersos, túnel contará com três faixas por sentido (Reprodução)

Entre os ajustes estão a atualização da data-base contratual para janeiro de 2025, a revisão de custos relevantes — como concreto, dragagem e paredes diafragma — e a reavaliação da distância média de transporte, agora considerada em 85 km. As projeções de tráfego também foram atualizadas.

Além disso, foi criada uma conta desapropriação, houve ajustes nos critérios de alocação de riscos — especialmente geológicos e de interferências — e soluções provisórias para o cais de Outeirinhos e o pátio ferroviário no Guarujá, que garantirão o funcionamento da infraestrutura portuária e logística durante a execução das obras.

Com 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros submersos, o túnel contará com três faixas por sentido, sendo duas para carros, ônibus e caminhões e uma exclusiva para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de galeria para pedestres e ciclistas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/08/2025

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS INICIA OBRAS NO CANAL DO MERCADO; INVESTIMENTO PASSA DE R\$ 5 MILHÕES

Trabalhos de recuperação ocorrerão no período noturno, durante a semana, alterando serviço de catraias

Por ATribuna.com.br 12 de agosto de 2025



APS diz que intervenção garante a segurança das operações portuárias e dos usuários do transporte entre Santos e Vicente de Carvalho (APS/Divulgação)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) começa nesta terça-feira (12) a fazer obras de recuperação e reforço estrutural dos pontilhões do canal do Mercado, além de remodelação da escada de acesso ao cais, na Vila Nova.

A APS explica que a intervenção é essencial para garantir a segurança das operações portuárias e dos usuários do transporte por catraia entre Santos e Vicente de Carvalho (Guarujá). As obras serão executadas pela empresa Jatobeton Engenharia Ltda., com investimento de R\$ 5,65 milhões e prazo de dez meses para conclusão.

A obra abrange a recuperação de lajes e vigas dos pontilhões, reforço estrutural, proteção contra corrosão e modernização da escada de acesso ao cais.

Os trabalhos ocorrerão de segunda a sexta-feira, das 20 horas às 5h30. Haverá alteração no serviço de catraias nesse intervalo, com os embarques e desembarques ocorrendo diretamente no estuário, na altura do armazém 15, prática já adotada em momentos de maré alta.

“A alteração, dialogada previamente com a Associação de Catraieiros de Santos, busca assegurar a integridade dos trabalhadores, dos passageiros e da infraestrutura local. A APS reforça que os horários foram planejados para minimizar impactos no transporte, evitando os picos de movimento”, informa a APS, em nota.

Para se deslocar entre a região do Mercado Municipal e o estuário, a população pode utilizar uma faixa de pedestres com semáforo na Avenida Engenheiro Sérgio da Costa Matte (perimetral do Porto). Além disso, os passageiros que realizam a travessia têm como opção a barca que liga o distrito de Vicente de Carvalho à Praça da República, no Centro de Santos, que segue operando sem alterações.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 13/08/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

“CONEXÕES TRANSNORDESTINA” DISCUTE FERROVIA E LOGÍSTICA NO VALE DO SÃO FRANCISCO

O seminário Conexões Transnordestina – A Ferrovia que Mudará Pernambuco - mostrando os impactos econômico e logístico do futuro empreendimento

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



O trecho Salgueiro-Petrolina da Ferrovia Transnordestina fará a conexão do trecho Salgueiro-Supepe com uma parte da Bahia, grande produtora de grãos. Foto: Arthur de Souza/Folha de Pernambuco.

O seminário Conexões Transnordestina – A Ferrovia que Mudará Pernambuco, uma iniciativa conjunta do portal Movimento Econômico e Sudene, acontecerá em Petrolina nesta quarta-feira (13). É o segundo de sete eventos que vão discutir a importância econômica e logística da Ferrovia Transnordestina no trecho Salgueiro-Supepe e seus futuros ramais, como por exemplo o de Salgueiro-Petrolina. O primeiro seminário ocorreu em Salgueiro em 24 de julho e o próximo evento será em Araripina no dia 15 de agosto.

“A ferrovia como um todo é fundamental para o desenvolvimento da região. O impacto do Ramal Salgueiro-Petrolina seria muito positivo no transporte dos insumos, fertilizantes, defensivos. É um modal muito importante para cargas volumosas e baratas. Seriam implantadas outras culturas ao longo do caminho e novas atividades econômicas se desenvolveriam”, resume o presidente da Associação dos Produtores e Exportadores do Vale do São Francisco (Valexport), José Gualberto.

Petrolina e mais cinco cidades – sendo duas pernambucanas e três baianas – formam um dos maiores polos de produção de frutas irrigadas do Brasil – o do submédio São Francisco -, que saem do sertão de caminhão para serem exportadas nos portos da região. Esta área também se conecta com uma parte da Bahia, grande produtora de grãos. “Este Ramal Petrolina-Salgueiro poderia levar o milho pra avicultura do Agreste de Pernambuco”, comenta Gualberto.

O empresário defende que os dois trechos principais da Transnordestina deveriam ser implementados: o de Salgueiro-Pecém (CE) e o de Salgueiro-Supepe. O primeiro está em obras e o segundo está com as obras paralisadas desde 2016. A expectativa é de que a estatal Infra S.A. faça uma licitação para contratar as obras do trecho Salgueiro-Supepe no segundo semestre deste ano.

Segundo o especialista em transporte e membro do comitê tecnológico permanente do CREA-PE, o engenheiro Maurício Pina, há varias cargas que viabilizam este trecho da ferrovia, como grãos, combustíveis, entre outros. “O governo federal tem a intenção de ativar a hidrovia do São Francisco, que é navegável por 1.371 km, entre Pirapora, em Minas Gerais até Petrolina”, diz Maurício, dizendo que o ramal Petrolina-Salgueiro e a hidrovia seriam complementares e movimentariam mais cargas com essa integração.

Na década de 1990, foram iniciadas as obras do trecho Petrolina-Salgueiro, que na época, fazia parte do traçado da Ferrovia Transnordestina. As obras pararam dois anos depois, quando estava na fase de terraplenagem. Em 2006, o trecho Salgueiro-Petrolina foi retirado do projeto da Transnordestina.



Trecho da Transnordestina em Pernambuco que está com as obras paralisadas desde 2016. Foto: Movimento Econômico

A Transnordestina Salgueiro-Suape e Petrolina

Os impactos da futura implantação da Transnordestina em Pernambuco serão abordados pelos seguintes debatedores: o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Alfredo Gomes; o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti; o diretor de Empreendimentos da Infra. S. A. André Luís Ludolfo; o coordenador geral de Estudos e

Pesquisas, Avaliação e Tecnologia e Inovação da Sudene, José Farias; o consultor em fruticultura Júnior Silvestre; o professor da Univasf Rafael Amorim Viana; e representantes do setor produtivo, da sociedade civil organizada e esferas governamentais.

O evento ocorrerá das 9h às 13h, no auditório do CDL de Petrolina, sendo aberto ao público. As inscrições devem ser feitas pelo Sympla, clicando aqui.

Além das cidades já citadas, o seminário Conexões Transnordestina vai passar por Araripina, Belo Jardim, Caruaru, São Bento do Una e Recife. Cada seminário vai apresentar oportunidades específicas para os arranjos produtivos locais, promovendo articulação entre empresários, gestores públicos, operadores logísticos e pesquisadores.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 13/08/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ATINGE RECORDE NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO



Contêineres e granéis sólidos também movimentaram o maior volume de cargas desde o início da série histórica

Foto: Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Brasília, 13/08/2025 - O setor aquaviário movimentou 653,7 milhões de toneladas de cargas no primeiro semestre de 2025, um crescimento de 1,02% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Os dados são do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).



Esse é o maior volume registrado para os primeiros seis meses do ano desde o início da série histórica, em 2010. A movimentação de junho, que atingiu 120,4 milhões de toneladas, também foi recorde para o período.

A alta de cargas movimentadas no primeiro semestre foi puxada principalmente pelas cargas containerizadas e por granéis sólidos, que também atingiram o maior patamar desde 2010.

Perfis de carga

Em relação às cargas containerizadas, a movimentação atingiu 78,1 milhões de toneladas no primeiro semestre do ano, um aumento de 6,17%. Desse total, 53,7 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso, 23,7 milhões por cabotagem e 0,7 milhão por navegação interior e apoio portuário. Em TEUs, a movimentação de contêineres foi de 7,3 milhões.

No ano passado, esse perfil de carga também chegou a um recorde com alta de 22,72%. Isso demonstra uma evolução contínua da atividade, que cresceu de forma constante nos últimos cinco anos.

Por sua vez, os granéis sólidos, que representam 59,2% de tudo que é movimentado pelos portos brasileiros, registrou 387,1 milhões de toneladas de cargas, um crescimento de 0,7% frente ao primeiro semestre de 2024.

Cargas gerais apresentaram alta de 5,21% durante os primeiros seis meses do ano, com movimentação de 31,7 milhões de toneladas e os granéis líquidos recuaram 1,4% com 156,8 milhões movimentados.

Movimentação nos portos

Os portos públicos mantiveram o mesmo patamar de movimentação do primeiro semestre de 2024, chegando a 231,5 milhões de toneladas nos primeiros seis meses deste ano. Isso representa uma leve queda de 0,53%.

Entre os 20 portos públicos que mais movimentaram no país, o com maior crescimento percentual no semestre foi o Porto do Rio de Janeiro (RJ). A instalação, que movimentou 8,4 milhões de toneladas, cresceu 24,9%.

Outro destaque do período é o Porto de Itajaí (SC), que desde a retomada das operações, em maio de 2025, já movimentou 1,7 milhão de toneladas de cargas.

Por sua vez, em mais um ano consecutivo, o porto de maior movimentação no semestre foi o de Santos, com 67,9 milhões de toneladas, registrando um decréscimo de 1,09%. O porto foi responsável por 10,4% de toda a movimentação portuária dos primeiros seis meses do ano.

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram 422,3 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2025. O número representa um aumento de 1,88% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os 20 TUPs que mais movimentaram no período, o com o maior crescimento é o Terminal Marítimo Ponta Ubu (ES), com alta de 50,66%. A instalação movimentou 7 milhões de toneladas de cargas.

Já o destaque de maior movimentação no semestre ficou para o terminal Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), que registrou 75,2 milhões de toneladas e crescimento leve de 0,59%.

Mercadorias

Entre os destaques percentuais de mercadorias movimentadas ao longo do primeiro semestre de 2025 estão os Fertilizantes, com crescimento de 13,65% e 20,9 milhões de toneladas de cargas movimentadas; o Enxofre, com alta de 10,76% e 1,2 milhão movimentados; e a Pasta de Celulose, com aumento de 9,12% e 12,5 milhões movimentados.

Nos primeiros seis meses do ano, as cargas mais movimentadas foram Minério de Ferro, com 190,5 milhões de toneladas de cargas (+2,5%), seguido pelo Óleo Bruto de Petróleo, com 104,1 milhões toneladas de cargas (+0,62%) e Soja, com 93 milhões movimentados (+5,2%).

Navegação

A navegação interior movimentou 44,3 milhões de toneladas nos primeiros seis meses do ano, registrando um crescimento de 2,37%. A movimentação de cargas de longo curso foi de 463,6 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2025, apresentando crescimento de 2,01% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A cabotagem, no entanto, teve queda de 1,95% em comparação com o primeiro semestre do ano passado, atingindo uma movimentação de 144,8 milhões de toneladas.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ está disponível no site da Agência e pode ser acessado via smartphones e tablets. Na consulta eletrônica, podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 13/08/2025



Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PORTOS - PORTOS BRASILEIROS TÊM O MELHOR SEMESTRE DA HISTÓRIA

Volume transportado bate recorde e chega a 653 milhões de toneladas no semestre. Itajaí retoma operações e tem crescimento de quase 1.500% no período



No primeiro semestre de 2025, a movimentação de cargas nos portos do Brasil foi a melhor da história - Foto: Vosmar Rosa

Movimentação de cargas nos portos brasileiros foi recorde no primeiro semestre deste ano, chegando a 653,7 milhões de toneladas transportadas, volume 1% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. O porto público com maior movimentação foi o de Santos (67,9 milhões de toneladas), mas o que chama a atenção nos números levantados pela Antaq é o crescimento de 1.494,58% no Porto de Itajaí (SC),

que retomou as operações após ficar praticamente parado no final de 2022. Por lá, foram movimentadas 1,7 milhão de toneladas.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, o recorde do semestre é resultado da expansão comercial brasileira e da política de investimentos do Governo Federal para o setor, que reflete, inclusive, na retomada das atividades do Porto de Itajaí. “Encontramos em 2023 um porto praticamente abandonado em Itajaí, impactando fortemente na economia de Santa Catarina e do Sul do país. Sob orientação do presidente Lula reativamos as operações e retomamos a gestão do complexo, reestabelecendo a atividade econômica e emprego para a população do estado”, disse Costa Filho.



Em maio, durante cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Silvio Costa Filho anunciou investimentos de R\$ 844 milhões para modernização do porto de Itajaí até 2030. O pacote contempla dragagem do Rio Itajaí-Açu, readequação do molhe de Navegantes e construção de píer para navios de cruzeiro, entre outras obras estruturantes.

Infográfico - Portos brasileiros têm o melhor semestre da história

O próximo passo da transformação será a criação da Autoridade Portuária do Porto de Itajaí, medida que conferirá autonomia administrativa total ao complexo. Em junho, o MPor instituiu Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para elaborar os aspectos da futura empresa pública federal, que substituirá a gestão transitória exercida pela Autoridade Portuária de Santos.

Contêineres

Também foi recorde o volume transportado no semestre em contêineres (78,1 milhões de toneladas) e em granéis sólidos (387,1 milhões de toneladas). “O crescimento tem sido constante em carga containerizada, o que mostra uma diversificação do tipo de mercadoria transportada”, explica o ministro, lembrando que, ainda este ano, o MPor vai promover o leilão do terminal de contêineres de Santos (Tecon Santos 10), que irá aumentar em 50% a capacidade do porto para este tipo de carga.

Responsável por 95% do comércio internacional brasileiro, os portos tiveram um crescimento de 2% na movimentação de carga de longo curso (importação e exportação). Entre os produtos mais transportados neste primeiro semestre estão o minério de ferro (190,5 milhões de toneladas e crescimento de 2,5% sobre o mesmo período do ano passado), óleo bruto de petróleo (104,1 milhões de toneladas e crescimento de 0,62%) e soja (93 milhões de toneladas e aumento de 5,2%).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/08/2025

MPOR E COMANDO DA AERONÁUTICA VÃO INVESTIR R\$ 96 MILHÕES EM TECNOLOGIA PARA AMPLIAR SEGURANÇA NOS AEROPORTOS

Vinte aeroportos receberão Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas para reduzir cancelamentos e aumentar a confiabilidade das operações



As novas EMS-A fornecerão dados meteorológicos precisos e em tempo real, permitindo que operadores aeroportuários, pilotos e companhias aéreas tomem decisões mais seguras e eficientes - Foto: Eduardo Oliveira

O Ministério de Portos e Aeroportos e o Comando da Aeronáutica anunciaram, nesta terça-feira (12), um pacote de investimentos de R\$ 96 milhões para reforçar a segurança e a eficiência das operações aéreas no país. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o tenente-brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz

Damasceno assinaram o Termo de Execução Descentralizada (TED) que prevê a aquisição, instalação e homologação de 20 Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A) em aeroportos estratégicos.



As novas EMS-A fornecerão dados meteorológicos precisos e em tempo real, permitindo que operadores aeroportuários, pilotos e companhias aéreas tomem decisões mais seguras e eficientes. A expectativa é reduzir cancelamentos e atrasos causados por condições climáticas adversas, garantindo maior regularidade e confiabilidade às operações, especialmente em regiões mais suscetíveis a variações de tempo.

Para Costa Filho, os quase R\$ 100 milhões destinados aos aeroportos vão muito além da modernização dos terminais. "Representam um passo estratégico para aprimorar a governança, ampliar a segurança e fortalecer a aviação brasileira, com atenção especial à aviação regional, que registra crescimento expressivo no país", explicou o ministro. "Queremos consolidar essa iniciativa como uma política pública para que, nos próximos anos, possamos ampliar os recursos e atender cada vez mais aeroportos, levando mais qualidade e segurança ao transporte aéreo nacional", afirmou.

De acordo com o secretário-executivo do MPor, Tomé Franca, a execução conjunta com a Força Aérea Brasileira reforça a integração necessária para o setor. "Infraestrutura, regulação e controle do espaço aéreo precisam caminhar integrados, e hoje essa integração é uma realidade. Iniciativas como a que estamos anunciando fortalecem nosso trabalho e mostram, com fatos concretos, que estamos no caminho certo", destacou.

Critérios de escolha

O investimento, proveniente do Novo PAC, será aplicado ao longo de cinco anos, prazo de vigência do acordo. As estações beneficiarão aeródromos que, entre 2017 e 2024, registraram mais de 8 mil pousos e decolagens e exercem papel estratégico para o desenvolvimento regional e a integração econômica, além de incluir locais com histórico de acidentes relacionados a condições meteorológicas adversas ou à ausência de equipamentos adequados. A lista final contemplará 20 aeroportos com voos regulares, priorizando localidades sem recursos próprios para aquisição dessas tecnologias.

As EMS-A selecionadas dispensam a presença permanente de operadores para processar dados e possuem longa vida útil, garantindo cobertura até que cada aeroporto possa assumir a manutenção e a continuidade do serviço.

O tenente-brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno ressaltou a importância da modernização. "Ver iniciativas como esta, que ampliam a infraestrutura e oferecem soluções modernas, é a prova de que o país está no caminho certo. Em regiões remotas, será sempre necessário combinar tecnologia com presença no terreno, e essa atuação conjunta é fundamental para o futuro da aviação no Brasil", afirmou.

Segundo o ministro Silvio Costa Filho, a medida reforça o compromisso do Governo Federal com a segurança operacional e a modernização da infraestrutura aeroportuária. "Estamos investindo em tecnologia de ponta para que nossos aeroportos possam operar com mais previsibilidade, eficiência e segurança, beneficiando diretamente milhões de passageiros e fortalecendo a aviação regional", concluiu.

Cronograma de implantação:

2025: aquisição de 12 estações e instalação de 2 unidades

2026: aquisição de 4 estações e instalação de 10 unidades

2027: aquisição e instalação de 4 estações

2028: instalação de 4 unidades

2029: gestão da garantia dos equipamentos

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/08/2025

GOVERNO DÁ INÍCIO À CAMPANHA DE COMBATE AO ASSÉDIO NOS AEROPORTOS

Ação visa mobilizar passageiros e trabalhadores dos aeroportos para identificar e promover ambientes mais seguros



Ação visa mobilizar passageiros e trabalhadores dos aeroportos para identificar e promover ambientes mais seguros - Foto: Jonilton Lima

Com o tema "Assédio não Decola", o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) deu início, nesta terça-feira (12), no Aeroporto Internacional de Brasília, à campanha nacional para combater o assédio nos aeroportos brasileiros e promover a conscientização de passageiros e profissionais sobre como identificar, prevenir e denunciar esse tipo de violência. O evento contou com a presença do ministro Silvío Costa Filho,

de autoridades dos Ministérios das Mulheres e dos Direitos Humanos, representantes de concessionárias e da sociedade civil.

Segundo Costa Filho, essa é uma campanha pedagógica, educativa, com participação de diversos órgãos do Governo Federal, das concessionárias e da sociedade civil organizada, em defesa das mulheres brasileiras. "Nossa campanha é voltada para o respeito às mulheres brasileiras. Queremos garantir que todas possam viajar com segurança e dignidade, porque assédio não decola. Sempre dizemos que o lugar de mulher é onde ela quiser e isso vale, sobretudo, para os aeroportos do Brasil. Essa campanha é um marco histórico para a sociedade e esperamos contar com todos os brasileiros", afirmou.

A Secretária Executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa Rodrigues Naves, também destacou a relevância da campanha voltada ao setor aéreo e celebrou a divulgação do Disque 180 em todos os espaços. "O mês de agosto é emblemático para nós, pois marca a promulgação da Lei Maria da Penha e é reconhecido nacionalmente como o 'Agosto Lilás', período dedicado à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher. Estar presente no lançamento desta campanha é de extrema importância, especialmente porque os aeroportos são espaços de grande circulação, onde, infelizmente, ainda ocorrem casos de violência e assédio."

Assédio não decola

A campanha vem sendo divulgada desde o último 6 de agosto por 12 concessionárias aeroportuárias e 57 aeroportos em seus canais oficiais, com destaque para as redes sociais. Entre as participantes estão Aena, BH Airport, COA, Fraport, Guarulhos, Inframerica, Motiva, NOA, RIOgaleão, Vinci, ABV/Viracopos e Zurich.

A diretora de Planejamento e Fomento da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Júlia Lopes, explicou que, nesse primeiro momento, todas as concessionárias dos aeroportos federais concedidos aderiram à campanha. "A segunda fase ampliará o trabalho para as empresas aéreas e suas associações, levando a ação para dentro das aeronaves até o fim do mês", enfatizou.

Além da comunicação externa, a campanha prevê ações internas voltadas à sensibilização, capacitação e comunicação para profissionais da comunidade aeroportuária, utilizando intranet, newsletters, boletins, TVs internas, murais digitais e físicos.

Uma ferramenta central é o Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual no Setor da Aviação Civil, amplamente distribuído entre os envolvidos. O guia traz informações sobre os tipos de assédio, canais de denúncia, medidas de proteção às vítimas e boas práticas para promover respeito e dignidade. Ele também incentiva a cultura do cuidado coletivo, estimulando escuta ativa, empatia e responsabilização de todos na cadeia logística do setor aéreo.

A ouvidora do MPor, Maíra Nascimento, explicou que a campanha nasceu para enfrentar o assédio em aeroportos e na aviação, abrangendo tripulantes, passageiros e usuários. "O guia da campanha foi adaptado de uma iniciativa anterior do setor aquaviário, ajustado para o contexto da aviação civil, com foco na proteção das mulheres e na visibilidade do tema", concluiu.

Natalie de Castro Alves, cofundadora e presidente do Instituto Nós Por Elas, destacou a importância do guia de combate ao assédio e importunação sexual na Aviação Civil. "Esta cartilha representa um verdadeiro caminho para que as mulheres busquem justiça e proteção. Ela não apenas informa, mas acolhe trazendo orientações claras e acessíveis sobre os canais de denúncia, que são fundamentais para garantir apoio. Se pudermos resumir sua mensagem em uma frase, seria: se você se sentiu ofendida, pode ser assédio. A cartilha ajuda a reconhecer isso de forma imediata."

Para ampliar o alcance da campanha, também são veiculados materiais digitais em telas, totens e feeds nos principais terminais, com a participação de 11 concessionárias e 42 aeroportos, ampliando a efetividade da iniciativa.

Para mais informações, acesse aqui:

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/08/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

TRÁFEGO NO VIADUTO DE ACESSO A SÃO LOURENÇO DO SUL, NA BR-116/RS, É LIBERADO

Nova estrutura recebeu investimento de R\$43 milhões; obra irá melhorar a segurança, reduzir o tempo de viagem e estimular o turismo no estado



Viaduto de acesso a São Lourenço do Sul e ao distrito de Boqueirão, no Rio Grande do Sul, foi liberado nesta quarta (13) - Crédito: Divulgação/DNIT

A partir desta quarta-feira (13), os motoristas que circulam pela BR-116/RS já podem utilizar o viaduto de acesso a São Lourenço do Sul e ao distrito de Boqueirão, no Rio Grande do Sul. Com a liberação, os usuários deixam de percorrer cinco quilômetros extras para fazer retornos, trajeto usado há mais de um ano por

conta de intervenções no local.

A nova estrutura reduzirá pontos de conflito no trânsito, diminuindo o risco de acidentes para motoristas e pedestres que circulam pela principal ligação entre o sul do estado e os portos da região.

A obra foi executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e integra o Novo PAC, com investimento de R\$43 milhões. O viaduto em formato de trevo possui um elevado de 70 metros, pista dupla e alças que facilitam o acesso entre as vias.

Rumo ao Sul

Além de mais segurança para os cidadãos gaúchos, a expectativa é de que o novo acesso contribua para o turismo local. Conhecida como "Pérola da Lagoa", São Lourenço do Sul é um dos principais



destinos de visitantes da região. Durante o verão, a população chega a triplicar, passando de cerca de 50 mil para 150 mil habitantes, atraídos pelas praias ao longo da orla na Lagoa dos Patos e pelas opções de lazer na cidade.

O município também é destaque pelo roteiro rural Caminho Pomerano. O percurso reúne gastronomia típica, artesanato, ervas medicinais, prédios históricos e propriedades familiares que preservam a tradição dos imigrantes pomeranos, usando da história e cultura local para atrair cada vez mais pessoas.

Obra na pista

O novo viaduto faz parte da duplicação da BR-116/RS entre Guaíba e Pelotas. O projeto atenderá diretamente 12 municípios da região, por onde circulam diariamente, em média, 3,8 mil caminhões de carga e mais de 2,2 mil veículos de passeio.

Entre os serviços previstos, estão travessias urbanas, ruas laterais, retornos operacionais, pontes, viadutos e passarelas.

A BR-116 é a maior rodovia do país e, no Rio Grande do Sul, é a principal via de acesso ao sul do estado e ao Porto de Rio Grande, sendo também um importante corredor de escoamento da produção entre o Brasil e o Mercosul.

Além de São Lourenço do Sul, outros três viadutos já foram inaugurados no estado, em Barra do Ribeiro, Turuçu e Arroio do Padre. Também já estão em operação 180 dos 211,2 quilômetros de novas pistas, totalizando 85,9% das obras de duplicação liberadas ao tráfego. Atualmente, estão em execução mais dois viadutos em Camaquã e uma ponte em Cristal.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 13/08/2025

APÓS DECISÃO DO STF PUBLICADA NESTA TERÇA (12), RODOVIA DO AÇO SEGUE ADMINISTRADA PELA UNIÃO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta terça-feira (12) pela continuidade da União na operação e controle da Rodovia do Aço (BR-393/RJ), antes concedida à empresa K-Infra. Assim, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) mantém a administração da rodovia, até que um novo modelo de concessão seja elaborado.

“Essa é uma decisão importante, que reconhece a legalidade do decreto de caducidade e da atuação da União e do DNIT na retomada da gestão do ativo, garantindo a continuidade do serviço com adequação, segurança e eficiência”, afirmou o consultor jurídico do Ministério dos Transportes, Marconi Filho.

Em junho deste ano, o Governo Federal decretou a caducidade do contrato de concessão da estrada, em razão de reiterados descumprimentos legais e contratuais identificados em processo administrativo conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que apontou falhas estruturais, atrasos em obras e manutenção precária da via.

A decisão do STF estabelece ainda que a União finalize, até novembro, os cálculos de indenização devidos pela concessionária ao poder público.

Governo de olho

Uma das principais frentes do Ministério dos Transportes nos três anos e meio da atual gestão tem sido intensificar a fiscalização para garantir que concessionárias cumpram os investimentos previstos em rodovias concedidas. No caso do Rio de Janeiro, a K-Infra perdeu a administração do importante



corredor logístico BR-393/RJ, que liga os municípios de Volta Redonda e Três Rios, servindo como eixo de escoamento industrial e rota de mobilidade regional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 12/08/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – RESPOSTA AO TARIFAÇO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A medida provisória (MP) que o Governo Federal prepara para criar uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões, a fim de ajudar empresas brasileiras impactadas pelo aumento de tarifas de importação aplicado pelos Estados Unidos, é uma resposta direta e necessária a essa decisão da Casa Branca. O anúncio, feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, demonstra a preocupação do Executivo em amparar as companhias nacionais afetadas pela medida protecionista.

A linha de crédito, que se soma a um pacote de apoio que inclui compras governamentais e incentivos para a abertura de novos mercados, visa a garantir que “ninguém fique desamparado” em razão das tarifas do presidente norte-americano, Donald Trump. A iniciativa sinaliza que o Governo não apenas reconhece o problema, mas também age de forma proativa para mitigar os impactos negativos sobre o setor produtivo e exportador.

A importância do auxílio aos exportadores é inegável, especialmente para as empresas que, de um momento para outro, se veem com um mercado de exportação comprometido. O tarifaço, que entrou em vigor no dia 6 de agosto, afeta 35,9% das mercadorias exportadas para os Estados Unidos, o que corresponde a 4% do total das exportações brasileiras. Setores como o de produtos industrializados, aço, alumínio, etanol e itens agrícolas estão entre os mais impactados. A linha de crédito de R\$ 30 bilhões surge como um fôlego financeiro para que essas empresas possam se reestruturar, diversificar seus mercados e, em última instância, proteger empregos e a cadeia de produção nacional.

Além do apoio financeiro, a estratégia do Governo inclui o envio de listas de produtos a outros países, a fim de redirecionar as vendas que antes tinham como destino o mercado norte-americano. A disposição de acionar líderes estrangeiros para ampliar oportunidades comerciais e a negociação com governos parceiros reforçam a importância da diversificação de mercados como uma estratégia de longo prazo.

O presidente Lula também mencionou a possibilidade de acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a utilização da Lei de Reciprocidade, que pode embasar eventuais retaliações específicas a produtos dos Estados Unidos. Essa postura demonstra que o governo brasileiro não vai se calar diante das tarifas e está disposto a usar todos os instrumentos diplomáticos e comerciais disponíveis para defender os interesses do País.

A combinação de apoio financeiro, busca por novos mercados e a possibilidade de medidas de reciprocidade mostra uma abordagem pragmática e equilibrada. O governo brasileiro age para proteger seus exportadores, ao mesmo tempo em que busca soluções de longo prazo para reduzir a vulnerabilidade do comércio exterior e diversificar seus parceiros comerciais. Essa é a postura que o setor privado espera e cobra das autoridades federais, a fim de fortalecer o comércio exterior tanto com os Estados Unidos como com outras nações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/08/2025



NACIONAL - HUB – CURTAS - GOIÁS INICIA OBRAS DO COMPLEXO VIÁRIO DE RIO VERDE

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INVESTIMENTO, ORIUNDO DO FUNDEINFRA, ULTRAPASSA OS R\$ 150 MILHÕES

O Governo de Goiás iniciou as obras do Complexo Viário de Rio Verde, no sudoeste do estado. Com investimento de R\$ 152 milhões, vindos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), a iniciativa, estratégica para a logística agrícola local, inclui a duplicação, restauração e pavimentação de trechos das rodovias GOs 174, 210 e 570 e, ainda, a construção de um viaduto.

LOGÍSTICA

A proposta do Governo de Goiás é ter, com o complexo, uma conexão com a BR-060, garantindo maior fluidez ao tráfego de veículos de carga e facilitando o escoamento da produção agrícola, especialmente soja e milho, que fazem da região um dos maiores polos agrícolas do Brasil.

ATENÇÃO NO RIO PARAGUAI

O nível do Rio Paraguai, que, atualmente, está três metros acima do registrado no mesmo período do ano passado, quando enfrentou forte seca, é acompanhada com atenção pelo Ministério de Portos e Aeroportos. “O nível do rio está abaixo da média histórica e ainda estamos no período seco”, diz o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, nessa terça-feira, em Brasília.

PROFUNDIDADE

De acordo com o monitoramento da secretaria, há um ano, a lâmina d’água em Ladário (MS) estava em 35 centímetros, o que levou as autoridades a decretarem a emergência hídrica.

WEB SUMMIT LISBOA

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) querem garantir a participação de empresas brasileiras no Web Summit Lisboa 2025, considerado o maior evento de tecnologia do mundo e que ocorrerá na capital portuguesa entre 10 e 13 de novembro.

LANÇAMENTO

Para formar essa delegação, a Apex e o Sebrae realizam hoje, às 11h, em Brasília, na sede da Apex, o lançamento dessa campanha. Estarão presentes os presidentes dos dois órgãos, Jorge Viana e Décio Lima, respectivamente. A expectativa é que a missão brasileira reúna o número recorde de 250 participantes. Os interessados terão até o dia 25 de agosto para se inscrever.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

NACIONAL - GOVERNO VAI LIBERAR R\$ 30 BILHÕES A EXPORTADORES PREJUDICADOS POR TARIFAÇÃO

Com previsão de assinatura para hoje, Medida Provisória integra pacote com ações para ampliar mercados, garantir empregos e reduzir impactos do tarifaço

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na terça-feira (12) que o governo federal vai lançar, por meio de Medida Provisória (MP), uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para empresas brasileiras impactadas pelo aumento de tarifas de importação aplicado pelos Estados Unidos. O anúncio oficial está previsto para esta quarta-feira (13), quando a proposta será apresentada ao Congresso Nacional junto a outras medidas para apoiar o setor produtivo e exportador.



O presidente Lula informou que o governo federal está enviando a outros países a lista de produtos brasileiros que eram vendidos aos Estados Unidos e agora serão redirecionados

Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, no programa O É da Coisa, da rádio BandNews, Lula disse que o pacote contemplará, além do crédito, compras governamentais, apoio à abertura de novos mercados e incentivos para que setores exportadores ampliem a atuação no mercado interno.

“Amanhã (dia 13) eu vou assinar uma MP que cria uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para as empresas brasileiras que, porventura, tiverem prejuízos com a taxaço do Trump. R\$ 30 bilhões é o começo”, afirmou. Segundo ele, o objetivo é garantir que “ninguém fique desamparado” em razão das tarifas impostas pelo presidente norte-americano.

O presidente informou que o governo está enviando a outros países a lista de produtos brasileiros que eram vendidos aos Estados Unidos e agora serão redirecionados, e destacou que pretende acionar líderes estrangeiros para ampliar oportunidades comerciais. “Também vamos incentivar empresários a brigar pelos mercados. Não dá para deixar barato a taxa do Trump. Tem lei nos Estados Unidos que eles podem abrir processo, eles podem brigar lá. É isso que nós queremos que aconteça e eu acho que vai dar certo”, disse.

Lula ressaltou que as ações do Executivo incluem negociações com governos parceiros para ampliar o comércio bilateral, além de medidas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e estudos sobre o uso da Lei de Reciprocidade, que pode embasar eventuais retaliações específicas a produtos norte-americanos.

O tarifaço foi anunciado por Trump em 30 de julho e entrou em vigor no último dia 6, atingindo 35,9% das mercadorias exportadas para o mercado norte-americano, o equivalente a 4% das exportações brasileiras. Entre os setores mais afetados estão os de produtos industrializados e commodities, incluindo aço, alumínio, etanol e itens agrícolas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/08/2025

NACIONAL - HADDAD: PACOTE PARA APOIAR EXPORTADORES ESTÁ “100% DEFINIDO”

Plano contempla diversas demandas do setor produtivo, com prioridade para pequenos exportadores sem alternativas de mercado

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo Haddad, o plano contempla diversas demandas do setor produtivo, com prioridade para pequenos exportadores sem alternativas de mercado além dos Estados Unidos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira (12) que o pacote de medidas para compensar exportadores brasileiros afetados pelas novas tarifas dos Estados Unidos já está finalizado e será detalhado nesta quarta-feira (13).

“O presidente (Lula) disse que ele ia assinar (a medida) hoje (terça). Mas ele preferiu anunciar amanhã (quarta). Vão estar detalhados os valores, os

processos”, declarou Haddad. Segundo o ministro, a iniciativa foi elaborada em conjunto pela Fazenda, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE).

De acordo com Haddad, o plano contempla diversas demandas do setor produtivo, com prioridade para pequenos exportadores sem alternativas de mercado além dos Estados Unidos. Entre as ações previstas estão linhas de crédito para financiar investimentos e capital de giro, facilitação ao comércio exterior, compras públicas de mercadorias perecíveis e eventuais desonerações. Também está previsto o adiamento por até dois meses no recolhimento de tributos e contribuições federais, medida semelhante à adotada durante a pandemia de Covid-19.

O ministro destacou que o objetivo é reduzir os impactos do tarifaço de 50% anunciado pelo presidente norte-americano, Donald Trump, enquanto o Brasil busca uma solução negociada para a disputa comercial. “O texto está 100% definido. É um projeto que contempla as várias demandas do setor produtivo. Nós tivemos reuniões com os setores produtivos e eu penso que, dentro dos limites estabelecidos, ele contempla particularmente os setores afetados pelo tarifaço”, disse.

A taxaço, em vigor desde o último dia 6, afeta produtos como aço, alumínio, etanol e alguns itens agrícolas, e preocupa empresários brasileiros pela possível perda de competitividade no mercado norte-americano.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

NACIONAL – MPOR LANÇA CAMPANHA NACIONAL CONTRA ASSÉDIO EM AEROPORTOS

Ação “Assédio não Decola” promove conscientização e amplia canais de denúncia para passageiros e profissionais do setor aéreo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



De acordo com o ministro Silvio Costa Filho, a ação tem caráter pedagógico e integra esforços de diferentes órgãos do governo, empresas concessionárias e entidades civis

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) lançou na terça-feira (12), no Aeroporto Internacional de Brasília (DF), a campanha nacional “Assédio não Decola”, voltada ao combate ao assédio e à conscientização de passageiros e profissionais sobre prevenção, identificação e denúncia desse po de violência nos aeroportos brasileiros.

O evento contou com a participação do ministro Silvio Costa Filho, representantes dos Ministérios das Mulheres e dos Direitos Humanos, concessionárias de aeroportos e organizações da sociedade civil.

De acordo com o ministro, a ação tem caráter pedagógico e integra esforços de diferentes órgãos do governo federal, empresas concessionárias e entidades civis. “Nossa campanha é voltada para o respeito às mulheres brasileiras. Queremos garantir que todas possam viajar com segurança e dignidade, porque assédio não decola. Sempre dizemos que o lugar de mulher é onde ela quiser e isso vale, sobretudo, para os aeroportos do Brasil. Essa campanha é um marco histórico para a sociedade e esperamos contar com todos os brasileiros”, afirmou Costa Filho.

A secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa Rodrigues Naves, ressaltou que o lançamento da campanha coincide com o Agosto Lilás, mês de conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher. “O mês de agosto é emblemático para nós, pois marca a promulgação da



Lei Maria da Penha e é reconhecido nacionalmente como o 'Agosto Lilás'. Estar presente no lançamento desta campanha é de extrema importância, especialmente porque os aeroportos são espaços de grande circulação, onde, infelizmente, ainda ocorrem casos de violência e assédio”, disse.

A ação começou a ser divulgada em 6 de agosto, por meio das redes sociais e outros canais de 12 concessionárias aeroportuárias e 57 aeroportos, incluindo Aena, BH Airport, COA, Fraport, Guarulhos, Inframerica, Mova, NOA, RIOgaleão, Vinci, ABV/Viracopos e Zurich.

Segundo a diretora de Planejamento e Fomento da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Júlia Lopes, nesta primeira etapa todas as concessionárias de aeroportos federais concedidos aderiram à iniciativa. “A segunda fase ampliará o trabalho para as empresas aéreas e suas associações, levando a ação para dentro das aeronaves até o fim do mês”, afirmou.

Capacitação

Além da comunicação externa, a campanha inclui ações internas para sensibilização e capacitação da comunidade aeroportuária, utilizando intranet, newsletters, boletins, TVs internas e murais.

Um dos principais instrumentos da iniciativa é o Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual no Setor da Aviação Civil, distribuído entre profissionais e empresas do setor. O material aborda definições de assédio, canais de denúncia, medidas de proteção às vítimas e boas práticas para promover respeito e dignidade, incentivando uma cultura de cuidado coletivo.

A ouvidora do MPor, Maíra Nascimento, explicou que a campanha foi inspirada em uma ação anterior do setor aquaviário e adaptada para a aviação civil. “O guia da campanha foi adaptado de uma iniciativa anterior do setor aquaviário, ajustado para o contexto da aviação civil, com foco na proteção das mulheres e na visibilidade do tema”, disse.

Para Natalie de Castro Alves, cofundadora e presidente do Instituto Nós Por Elas, o guia oferece um caminho prático para que as mulheres busquem justiça e proteção. “Esta cartilha representa um verdadeiro caminho para que as mulheres busquem justiça e proteção. Ela não apenas informa, mas acolhe trazendo orientações claras e acessíveis sobre os canais de denúncia, que são fundamentais para garantir apoio. Se pudermos resumir sua mensagem em uma frase, seria: se você se sentiu ofendida, pode ser assédio. A cartilha ajuda a reconhecer isso de forma imediata”, afirmou.

O alcance da campanha também é ampliado com a exibição de conteúdos digitais em telas, totens e painéis nos principais terminais do país, envolvendo 11 concessionárias e 42 aeroportos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

NACIONAL - ANTAQ ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE TERMINAL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Contribuições poderão ser enviadas até 26 de setembro para a audiência pública que tratará do RDJ06A, dedicado a graneis líquidos não inflamáveis

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abriu prazo para receber contribuições à Audiência Pública nº 5/2025, que trata da concessão do terminal graneleiro RDJ06A, localizado no Porto do Rio de Janeiro. As sugestões poderão ser enviadas entre 13 de agosto e 26 de setembro.

O terminal é destinado ao transporte e armazenamento de graneis líquidos não inflamáveis, com foco em óleos básicos, e ocupa uma área de 11.800 metros quadrados. O investimento previsto para os 25 anos de contrato é de R\$ 24,9 milhões (cerca de US\$ 4,6 milhões).

Os documentos técnicos e legais relacionados à concessão estarão disponíveis para consulta no site da Antaq (www.gov.br/antaq). A data para a sessão pública virtual ainda será divulgada.

As contribuições devem ser enviadas exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponível no site da agência até as 23h59 do dia 26 de setembro. Não serão aceitas contribuições por outros canais.

Será permitido anexar imagens digitais — como mapas, plantas e fotos — exclusivamente por e-mail, mediante identificação do contribuinte e dentro do prazo estipulado: anexo_audiencia052025@antaq.gov.br. O envio de anexos por e-mail não substitui o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Quem não ver condições de enviar a contribuição pela internet pode utilizar os computadores da Secretaria-Geral da Antaq, em Brasília (DF), ou das Unidades Regionais, cujos endereços estão disponíveis no site da agência.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

NACIONAL - MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS TEM TROCA NA SECRETARIA-EXECUTIVA E NA AVIAÇÃO CIVIL

Após saída de Mariana Pescatori, Tomé Franca assume Secretaria-Executiva e Daniel Longo chega à Secretaria Nacional de Aviação Civil

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@redebnews.com.br Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Tomé Franca tem mais de 20 anos de experiência no setor público, com passagens por secretarias estaduais e municipais, além de cargos no Executivo, Legislativo e Judiciário

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), Mariana Pescatori, pediu exoneração do cargo. Funcionária de carreira do Governo Federal, ela deixou a pasta na segunda-feira (11) e seguirá para a iniciativa privada, onde assumirá a

Diretoria de Institucional e Regulatório da operadora Hidrovias do Brasil. Com a saída, o novo número dois do Mpor será Tomé Franca, até então titular da Secretaria Nacional de Aviação Civil.

Engenheira civil formada pela Universidade de Brasília (UnB) e primeira mulher a ocupar a Secretaria-Executiva do Ministério, Mariana é mestre em Planejamento Estratégico na área de Aviação Civil pela École Nationale de l'Aviation Civile (França), tem MBA em Engenharia e Gestão Portuária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e fez intercâmbio em Planejamento Estratégico, Operações Marítimas e Transporte Marítimo na Universidade do Porto, em Portugal. Servidora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), passou a integrar a Secretaria Nacional de Portos em 2010, quando a estrutura ainda estava vinculada ao Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil. Também foi diretora da Infra S.A. e presidiu o Conselho de Administração do Porto de Santos (SP).

A nomeação de Tomé Monteiro da Franca como secretário-executivo foi publicada no Diário Oficial da União na segunda-feira (11), assim como a exoneração de Mariana. Formado em Direito e mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ele atua no setor público há mais de 20 anos, com passagens por secretarias estaduais e municipais, além de cargos no Executivo, Legislativo e Judiciário. No ministério, estava desde 2023 como secretário nacional de Aviação Civil.

Tomé já ocupou funções como secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Pernambuco, secretário de Saneamento do Recife e secretário-executivo de Turismo do Estado. No Congresso Nacional, trabalhou como assessor parlamentar no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. No Judiciário, chefiou a assessoria de um desembargador federal no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6). Também foi professor de Direito Constitucional, Direito Ambiental e Processo Legislativo.

Aviação Civil

Com a saída de Tomé Franca da Secretaria Nacional de Aviação Civil, o MPor anunciou a nomeação de Daniel Ramos Longo para o cargo. Especialista em regulação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Longo tem experiência na estruturação de projetos de concessão de aeroportos federais e na formulação de políticas regulatórias para o setor.

Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e em Finanças e Administração pela Frankfurt School of Finance and Management (Alemanha), também é especialista em controle externo da regulação pelo Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o MPor, participou da modelagem e implementação de concessões que envolveram 39 aeroportos federais e liderou discussões técnicas sobre regulação econômica e políticas públicas na aviação civil. Antes da nomeação, era diretor de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias da secretaria.



Primeira mulher a ocupar a Secretaria-Executiva, Mariana Pescatori atuará no setor privado, assumindo a Diretoria de Institucional e Regulatório da operadora Hidrovias do Brasil



Novo secretário de Aviação Civil, Daniel Longo tem experiência na estruturação de projetos de concessão de aeroportos federais e na formulação de políticas regulatórias para o setor

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

NACIONAL - SISTEMA BRASILEIRO GARANTE NAVEGAÇÃO SEGURA MESMO SEM SINAL DE GPS

Equipamento da startup Navigandi, já usado pela praticagem, integra sinais de diferentes constelações e mantém precisão centimétrica nas manobras portuárias

Por **GABRIELA LOUSADA** redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Portable Pilot Unit (PPU) Navigandi Orbis foi submetido a testes no Porto de Santos com o sinal de GPS desabilitado, durante manobra de saída do navio Maersk San Vincent

As recentes especulações sobre um possível bloqueio do sinal de GPS no Brasil, levantadas no cenário político internacional, reacenderam o debate sobre a dependência dessa tecnologia na navegação marítima. Embora especialistas considerem improvável que a medida seja adotada, a hipótese acendeu um alerta, já que a maioria das embarcações que operam em águas



brasileiras utiliza exclusivamente o GPS na frequência civil L1, o que poderia torná-las vulneráveis a uma eventual interrupção do serviço.

Na praticagem, responsável por conduzir navios nas manobras de entrada e saída dos portos, uma solução desenvolvida no Brasil já mostrou ser capaz de manter a precisão das operações mesmo sem o GPS. Criado pela startup Navigandi, o Portable Pilot Unit (PPU) Navigandi Orbis foi submetido a testes em Santos (SP) com o sinal norte-americano desabilitado. O sistema manteve avas outras constelações globais como GLONASS (Rússia), Galileo (Europa) e BeiDou (China), associadas a um algoritmo próprio de fusão sensorial, garantindo dados confiáveis em tempo real.

A validação em condições reais ocorreu no Porto de Santos, durante a manobra de saída do navio Maersk San Vincent, de 331,1 metros de comprimento e 48,54 metros de largura, no Terminal Embraport. As antenas do PPU foram instaladas a bordo e, a partir delas, informações como posição, velocidade, aproamento, taxa de guinada e distâncias para margens e outras embarcações foram transmitidas para um tablet. A precisão, de nível centimétrico, permite ao prático visualizar toda a movimentação sobre a carta náutica atualizada, ampliando a consciência situacional durante a manobra.

De acordo com o vice-presidente da Praticagem de São Paulo e instrutor de cursos de atualização, Bruno Roquete Tavares, o uso do PPU faz parte da rotina dos práticos desde 2012 e já é utilizado em portos de todo o Brasil. “Quando um navio de grandes dimensões chega ou parte, normalmente embarcam dois práticos, e o segundo leva o PPU. É um recurso portátil, que não depende exclusivamente dos sistemas do navio, e oferece um auxílio adicional na condução”, explicou.

Segundo ele, todos os práticos recebem treinamento para operar o equipamento ainda durante o processo de formação. “Cada fabricante tem um tipo de operação, mas o manuseio é ensinado desde o início. O prático aprende a instalar as antenas e a interpretar os dados de forma integrada com os demais instrumentos de bordo”.

Tavares também destacou que a praticagem dispõe de alternativas caso o GPS deixe de funcionar, seja por falha técnica ou por questões geopolíticas. “Além do PPU, podemos utilizar outros sistemas de satélite já existentes, como o russo, o japonês e o europeu. E mesmo que todos esses recursos falhem, a navegação visual, apoiada por radar e pela experiência do prático, continua sendo a base da segurança nas manobras”, ressaltou.

Para a empresa desenvolvedora do sistema, o PPU nacional garante a autonomia tecnológica do setor. “Em um contexto de possíveis restrições ao acesso a tecnologias críticas, acreditamos que ter um parceiro nacional é essencial para garantir a resiliência do setor marítimo brasileiro”, disse o diretor da Navigandi, Rodrigo Barrera.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/08/2025*

NACIONAL - PARCERIA AMPLIA OFERTA DE CIANETO DE SÓDIO PARA MINERADORAS BRASILEIRAS

Filial americana da Draslovka usará rede logística da Cesari para estocar e distribuir o insumo químico utilizado na extração de metais preciosos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Draslovka, empresa com sede na República Checa e atuação internacional nos setores de mineração e transição energética, anunciou uma parceria entre sua filial americana e o Grupo Cesari, operador logístico brasileiro. O acordo prevê a ampliação do acesso ao cianeto de sódio produzido pela companhia para mineradoras de todo o país.

Segundo a Draslovka, a parceria utilizará a rede logística da Cesari para armazenar estoques reguladores do produto em terminais localizados em diferentes regiões. A empresa afirma que a

medida permitirá oferecer um fornecimento contínuo de cianeto de sódio de alta pureza às mineradoras brasileiras, reduzindo riscos de atrasos provocados por gargalos portuários e outros problemas na cadeia de suprimentos.



Base da Cesari em Cubatão, São Paulo

O cianeto de sódio é um composto químico amplamente utilizado no processo de extração de ouro e prata. Na mineração, ele é empregado para separar os metais do minério, permitindo uma recuperação economicamente viável. O uso da substância segue normas de segurança e protocolos internacionais, como o Código Internacional para o Manejo do Cianeto.

A companhia informa que o Brasil produz atualmente cerca de 2,8 milhões de onças de ouro e 3,3 milhões de onças de prata por ano, e que a nova estrutura logística busca atender a demanda desse mercado. A Draslovka também destaca que as vendas diretas para as mineradoras poderão garantir o aproveitamento de incentivos e benefícios fiscais já existentes no país.

“Estamos muito satisfeitos em firmar essa parceria com a Cesari, aproveitando sua rede local para fortalecer a resiliência da cadeia de suprimentos e apoiar o expressivo setor de mineração do Brasil. À medida que cresce a demanda regional por cianeto de sódio de alta pureza e custo acessível, nossa expertise consolidada nos torna um parceiro estratégico para os produtores de metais preciosos no país”, disse Pavel Bruzek, CEO da Draslovka.

“Temos orgulho em firmar essa parceria com a Draslovka para apoiar a distribuição eficiente e confiável de cianeto de sódio às mineradoras brasileiras. Essa união reflete nosso compromisso mútuo com a excelência operacional e com uma cadeia de suprimentos resiliente, especialmente diante das exigências logísticas específicas do setor de mineração nacional. Ao combinar nossa expertise local e infraestrutura robusta com os produtos de alta qualidade da Draslovka, garantimos que mineradoras em todo o Brasil tenham acesso seguro e pontual aos insumos dos quais dependem”, afirmou o gerente comercial da Cesari, Eder Kawase.

A Cesari informa ainda que seus terminais são certificados pelo International Cyanide Management Institute, entidade que estabelece padrões internacionais de segurança no transporte e manuseio da substância.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/08/2025

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS RECEBERÁ MAIS DE R\$ 700 MILHÕES EM DEBÊNTURES

Complexo santista foi contemplado para obras de ampliação e melhorias na operação de dois terminais, além de outros serviços

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPr) anunciou, na semana passada, que recebeu projetos que somam R\$ 3,33 bilhões por meio de emissão de debêntures para infraestrutura. Desse montante, mais de R\$ 700 milhões foram destinados para obras e melhorias voltadas ao Porto de Santos (SP).

Ao todo, os projetos no cais santista somam R\$ 718 milhões. Entre as propostas está a expansão da Bacia 10, local onde a Ageo Terminais opera com granéis líquidos, na Ilha Barnabé, margem esquerda. Segundo a empresa, R\$ 154 milhões serão destinados para a aquisição de 12 tanques para armazenamento dos granéis. A obra começou em 2024 e o início das operações está previsto para 2026.



Entre as propostas enviadas está a de expansão da Bacía 10, local onde a Ageo Terminais opera com granéis líquidos, na Ilha Barnabé, margem esquerda do Porto de Santos

O segundo projeto trata-se da readequação do Armazém XIV, com a instalação de uma nova moega rodoviária – estrutura para descarga de cargas a granel, e outros serviços. Ao todo, serão investidos R\$ 564 milhões.

Aeroportuário

Ainda no Estado de São Paulo, mas no setor aeroportuário, R\$ 392 milhões serão destinados para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do aeroporto de Campo de Marte.

Ao todo, os investimentos em debêntures abrangem 11 empreendimentos em seis estados brasileiros, sendo: Bahia, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Desse total, dois projetos são para ampliação de aeroportos e os demais são relativos ao setor portuário, como construção e ampliação de capacidade de terminais, expansão de readequação de armazéns, compra de equipamentos, realização de obras e pagamento de outorgas, entre outros.

Debêntures

A dispensa de autorização prévia foi instituída pela Portaria do Ministério de Portos e Aeroportos 419/2024, que regulamentou o decreto nº 11.964/2024 e tratou dos critérios e condições para a emissão das debêntures no setor de portos e aeroportos por meio do mercado de capitais. As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por empresas e pessoas físicas para financiar projetos de infraestrutura e que concedem benefícios fiscais, como isenção de Imposto de Renda para o investidor pessoa física.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

BAHIA EXPORT - INOVA EXPORT ABRE O BAHIA EXPORT COM DEBATES SOBRE INOVAÇÃO E LOGÍSTICA

Com participação de autoridades e especialistas, iniciativa busca impulsionar a integração entre infraestrutura, comércio exterior e desenvolvimento regional

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



A abertura do Inova Export está prevista para as 9h do dia 14, seguida do painel “Inovação aberta: Conectando setores e potencializando a logística e a infraestrutura da Bahia”

O Inova Export dará início à programação do Bahia Export 2025, nos dias 14 e 15, em Salvador. A iniciativa do Grupo Brasil Export tem como objetivo conectar soluções inovadoras aos desafios enfrentados pelos

setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos, comércio exterior, energia e gás. Toda a programação terá transmissão da TV BE News.

A abertura do Inova Export está prevista para as 9h do dia 14, seguida do painel “Inovação aberta: Conectando setores e potencializando a logística e a infraestrutura da Bahia”, moderado por Karina

Martins, diretora-executiva do HUB Brasil Export. Entre os debatedores estão José Luis Almeida, gerente-executivo do Senai Cimatec; Renata Cavalcanti Lamas, gerente comercial e logística outbound da Appian Capital Brazil/Atlantic Nickel e Graphcoa; Leandro Gaudenzi, diretor de gestão administrativa e financeira da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba); e Pedro D'oca, head de produto da Trackfy.

Após o painel, startups apresentarão soluções inovadoras em pitches rápidos, incluindo empresas como Trackfy, Carbono 14, Ocean Ride e Emanar. O Inova Export também terá apresentações sobre ações que transformam o setor portuário e logístico no Brasil, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, e uma keynote de Walter de Freitas Pinheiro, do Senai Cimatec, sobre tecnologia e inovação aplicada à logística.

Além das apresentações, o evento proporcionará interação direta entre startups, executivos, especialistas e representantes do poder público, promovendo a troca de experiências e a identificação de soluções práticas para os desafios da logística e do comércio exterior na Bahia. A programação inclui painéis, pitches e apresentações institucionais, reforçando a importância da inovação para ampliar a competitividade da produção estadual no mercado internacional.

O Inova Export marca a abertura do Bahia Export 2025, fórum estadual do Grupo Brasil Export que reunirá autoridades, empresários e especialistas nos setores de logística, infraestrutura e transportes. O encontro terá como objetivo aproximar poder público e iniciativa privada, estimulando a adoção de práticas e soluções que fortaleçam a inserção da Bahia no comércio exterior e modernizem o ambiente de negócios local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/08/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - PARCERIA ENTRE CODERN, GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL RESULTA EM NOVO MOMENTO PARA A INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DO RN



**HEITOR
GREGÓRIO**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou, nessa segunda-feira (11), ao lado da governadora Fátima Bezerra e do diretor-presidente da Codern, Paulo Henrique Macedo, um pacote de investimentos de R\$ 130 milhões para modernizar a infraestrutura portuária do Rio Grande do Norte.

Entre as principais ações, estão a assinatura do contrato para a reforma de armazéns e galpões logísticos no terminal potiguar e, ainda, a instalação da usina fotovoltaica, totalizando em quase R\$ 8 milhões. O processo licitatório em andamento para a dragagem de

manutenção do canal de acesso ao Porto de Natal, orçada em R\$ 60 milhões, foi uma pauta importante do evento, por ser uma obra aguardada há anos. Também foram anunciadas a construção das defesas (estruturas para proteger os pilares da Ponte Newton Navarro) e de dolphins no porto, com investimentos de R\$ 52 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente, para garantir segurança à navegação e proteção da estrutura portuária; além do anúncio dos estudos para implantação do Porto-Indústria Verde, com aporte de R\$ 11,6 milhões, que irão viabilizar o planejamento logístico e ambiental para projetos de energia eólica offshore, hidrogênio verde e múltiplos usos.



A governadora Fátima Bezerra ressaltou o feito memorável dos investimentos que alavancarão a infraestrutura do estado. "Hoje é um dia histórico para o Rio Grande do Norte com a confirmação de mais de R\$ 130 milhões em investimentos para modernizar o Porto de Natal, incluindo dragagem, defensas da ponte Newton Navarro e o projeto do Porto-Indústria Verde. Esses recursos vão fortalecer a logística, gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico do estado. Agradeço ao presidente Lula e ao ministro Silvio Costa pelo apoio fundamental para tornar esses avanços realidade. Este é um governo que tem rumo, que pensa no presente e no futuro".

Segundo o diretor-presidente da Codern, Paulo Henrique Macedo, as melhorias fazem parte de um conjunto de ações que visam modernizar infraestrutura portuária e ampliar sua capacidade operacional. "Estamos revitalizando o porto em todos os sentidos. A obra das defesas da ponte, por exemplo, permitirá operação 24 horas por dia — algo que hoje não é possível — com investimento esmado em R\$ 50 milhões", destacou acrescentando que a dragagem encontra-se em fase final de licitação e as defesas da ponte estão sendo transferidas do DNIT para execução direta da Codern.

Também participaram do evento o vice-governador Walter Alves; o deputado federal Fernando Mineiro; os deputados estaduais Hernano Moraes, Divaneide Basílio e Ubaldo Fernandes; o secretário da Fazenda, Cadu Xavier; o secretário de Desenvolvimento Econômico, Alan Silveira; da infraestrutura, Gustavo Coelho; da Segurança, Francisco Araújo; da Agricultura, Guilherme Saldanha; diretor-presidente do IDEMA, Werner Farka; a controladora-geral do Estado, Luciana Daltro; além do ex-deputado federal Henrique Alves, do comandante do 3º Distrito Naval, Jorge Ruiff; do presidente da Fiern, Roberto Serquiz, e do vereador Herbeth Senna, sindicatos, portuários, entre outras autoridades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/08/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - GOVERNADORAS DEFENDEM ARCUÇÃO COM SETOR PRODUTIVO PARA ENFRENTAR TARIFAÇÃO DOS EUA



As governadoras de Pernambuco, Raquel Lyra, e do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, defenderam, no último sábado (9), a criação de medidas específicas para apoiar os setores de frutas, sal e pescado, como resposta ao aumento de tarifas imposto ao Brasil pelo governo de Donald Trump. A declaração foi feita durante seminário no Recife (PE).

Manga e atum ficaram de fora das 700 exceções negociadas pelo governo brasileiro junto aos Estados Unidos, o que preocupa produtores e exportadores. Em Pernambuco, a fruticultura é responsável por milhares de empregos e pode ser fortemente afetada pela sobretaxa de 50% aplicada desde o último dia 6 às exportações para o mercado norte-americano.

"Estamos dialogando com o setor produtivo para identificar as prioridades. No caso da manga, temos uma ação específica em parceria com o governo federal. São 120 mil empregos ligados diretamente à fruticultura e 40 mil toneladas exportadas para os EUA", afirmou Raquel Lyra.

Fátima Bezerra destacou as medidas já adotadas no Rio Grande do Norte, como a ampliação da desoneração do ICMS e a liberação de créditos acumulados, especialmente para o setor salineiro —



cujo maior mercado consumidor é justamente os Estados Unidos — e para a pesca, área em que o estado também é protagonista.

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu que o Brasil diversifique seus destinos de exportação para reduzir os impactos do tarifaço. “Encaro a decisão dos EUA como um momento de reflexão. O próprio setor produtivo deve acelerar a abertura de mercados na Ásia e Europa, ampliando exportações de petróleo e grãos”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/08/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - BAHIA, RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ SÃO OS MAIORES GERADORES DE EMPREGOS INDUSTRIAIS DO NORDESTE NO ACUMULADO DO ANO



**HEITOR
GREGÓRIO**

A indústria cearense registrou o segundo maior número de empregos formais do Nordeste no acumulado de janeiro a junho deste ano. Com 5.030 novos postos de trabalho no período, o resultado é o segundo melhor do setor no Estado desde 2020. Os números são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



“O resultado reflete o trabalho de fortalecimento da política de atração e manutenção de investimentos liderada pelo governador Elmano de Freitas. O Ceará tem se posicionado como um estado competitivo, disponibilizando de infraestrutura e ambiência de negócios sustentáveis para os investidores”, comenta o presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Danilo Serpa, responsável pela operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) do Estado.

A nível de Nordeste, a indústria cearense ficou atrás apenas da Bahia (13.575). Os estados do Rio Grande do Norte (2.518), Piauí (2.225) e Maranhão (2.038) complementam o ranking dos cinco estados nordestinos com maior geração de empregos no acumulado do ano. O bom desempenho da indústria local também foi destaque no ranking Norte/Nordeste, com o Ceará ranqueando em terceiro lugar, ficando atrás apenas da Bahia e Amazonas (5.959).

“É importante destacarmos que os setores que mais registraram contratações são aqueles beneficiados pela política de incentivos fiscais e patrimoniais do Governo do Ceará. São empregos que, além de sustentar famílias cearenses, geram renda e desenvolvimento local, impactando outros setores da nossa economia”, explica o diretor de Fomento da Adece, Luís Eduardo Barros.

Os setores de alimentos (840), produtos químicos (565), produtos de metal (521) e material de plástico (422) foram os de maior destaque na geração de empregos de janeiro a junho no Ceará. Todos esses setores foram contemplados com pleitos aprovados na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (Condec), realizada no último mês de julho.

Confira o ranking de empregos na indústria dos estados do Nordeste no acumulado de janeiro a junho de 2025:

- Bahia 13.575

- Ceará 5.030
- Rio Grande do Norte 2.518
- Piauí 2.225
- Maranhão 2.038
- Sergipe 2.216
- Paraíba 2.597
- Pernambuco 4.931
- Alagoas 12.123

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - PREFEITO DE JOÃO PESSOA RECEBE CERTIFICADO DE MAIOR EMPREENDEDOR DA PARAÍBA



O prefeito Cícero Lucena foi homenageado com o certificado de maior empreendedor da Paraíba do ano de 2025, em premiação promovida pela Revista Painei Empresarial, que destacou os 20 maiores contribuintes para o desenvolvimento econômico do Estado. A solenidade aconteceu na tarde desta terça-feira (12), em um restaurante da Orla da Capital, e também contou com a presença do governador João Azevêdo e de outros 18 empresários homenageados.



Cícero Lucena recebeu a honraria na categoria Gestor Público, prêmio que ele atribuiu ao “momento especial que João Pessoa vive, num cenário onde a gestão pública e a iniciativa privada criaram um ambiente proporcional”, afirmou o prefeito.

“O fortalecimento dessas parcerias é essencial, pois contribui para a geração de empregos, melhor distribuição de renda e a constante atualização e inovação, permitindo que João Pessoa continue a se destacar no cenário nacional e internacional. Diante disso, expresso meus sinceros agradecimentos, motivado a seguir trabalhando para transformar nossa cidade em um lugar solidário, inclusivo e participativo”, complementou Cícero Lucena.

O governador João Azevêdo ressaltou a “segurança jurídica e a estabilidade econômica” como pilares fundamentais para atrair investimentos de grande porte no Estado. “O que observamos em projetos em andamento, a exemplo do Polo Turístico Cabo Branco, onde o Governo do Estado investiu mais de R\$ 100 milhões, é um impulso para investimentos da iniciativa privada que já superam R\$ 12,5 bilhões”, observou. O diretor-geral da Revista Painei Empresarial e responsável pela premiação, Emanuel Ramalho Montenegro, destacou que o evento também celebrou os 440 anos de João Pessoa. Ele elogiou a gestão pública na Capital e no Estado, ressaltando o bom momento que a cidade vive.

“Honramos os 20 maiores empreendedores do Estado. Destacamos também o governador e o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, pela sua administração. Adicionalmente, homenageamos 18 empresários e empresárias que se distinguem e contribuem para o crescimento da Paraíba, gerando empregos e novas oportunidades. O Estado tem alcançado notável progresso e, nos últimos quatro anos, o Governo do Estado e a Prefeitura têm demonstrado uma gestão eficiente”, elogiou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/08/2025



BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2025
Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2025

14 | AGOSTO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento do Inova Export

09h00 Abertura e atividades do Inova Export - Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agropecuária, portos, comércio exterior, energia e gás

09h20 Painel 1: Desafios e oportunidades para inovação na região

10h00 Pitch de startups - Bloco 1

» Startups apresentam suas soluções inovadoras

10h20 Apresentação HUB Brasil Export | Ações conjuntas realizadas com o Ministério de Portos e Aeroportos

10h40 Keynote speaker

11h00 Encerramento do Inova Export

12h30 Credenciamento do Bahia Export

14h00 Painel 1: A cultura exportadora da Bahia e ações para melhor promover a produção local no mercado internacional

Moderação: Zizette Balbino, Advogada e Comunicadora

Debatadores: Fabiano Borni, CEO da Fazenda Progresso; Moisés Schmidt, Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA); Mônica Burgos, Sócia-fundadora da Asatim [marca pioneira em perfumes para ambientes]; Pablo Barrozo, Secretário de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia

15h00 Painel 2: Os desafios para a expansão do transporte de passageiros no estado da Bahia

Moderação: Níria Blanco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Debatadores: Tiago Torto, Sócio da Abareti Aviação; Wanderley Galhigo Jr., Diretor de Relações Institucionais da Solicam; Nilo Ribas, CEO da Vinci Airports no Brasil; Antônio Mathias, Presidente do Conselho de Administração da INFRA S/A; Adriano Miranda, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

16h00 Apresentação de Carlos Henrique Paesos, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)

16h20 Intervalo

16h40 Apresentação de Cláudio Villas Boas, CEO da Concessionária Ponta Salvador-Itaparica

17h00 Painel 3: Panorama e perspectivas da infraestrutura portuária da Bahia

Debatadores: Antônio Gobbo, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba); Helano Pereira, Vice-Presidente Executivo da Ultracargo; Maria Eduarda Lomanto, Secretária de Mar da Prefeitura de Salvador; Roberto Zitzelmann de Oliveira Jr., Presidente da Intermaritima

18h00 Apresentação: Representante do Banco do Nordeste

18h30 Apresentação: Flávio Roman, Secretário-Geral de Consultoria da Advocacia Geral da União (AGU) e Presidente da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (SEJAN)

19h00 Sessão solene com presença das autoridades convidadas: Fabrício Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Sílvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos (a confirmar); Ivana Bastos, Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça e Chefe do Ministério Público da Bahia; Marcus Presídio, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Vice-Almirante Gustavo Garriga, Comandante do 2º Distrito Naval na Bahia; Coronel Aviador Saulo Vinícius Sobrinho, Comandante da Base Aérea de Salvador; Aluisio Sobrinho, Presidente do Conselho do Nordeste Export; Roberto Oliva, Presidente do Conselho do Bahia Export; Daniela Borges, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Bahia (OAB-BA); Demais autoridades a confirmar

15 | AGOSTO | SEXTA-FEIRA

08h30 Painel 4: Investimentos em infraestrutura e novos negócios para expansão da indústria da Bahia

Debatadores: Adriana Marcelo, Secretária de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Camaçari; Caio Zanardo, CEO da Veracel; Marcelo Lyra, Vice-Presidente de Comunicação ESG e Relações Institucionais da Acelen; Roberto Oliva, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Vladson Menezes, Diretor-Executivo da FIEB

09h30 Apresentação de Luiz Cavazza, Diretor-Presidente da Companhia de Gás da Bahia (Bahlagás)

09h50 Apresentação de Marcus Cavalcanti, Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil da Presidência da República

10h10 Painel 5: Oportunidades em negócios minerais no estado da Bahia

Debatadores: Henrique Carballal, Presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM); Marcelo Silvestre, Presidente da Galvani Mineração; Tony Lima, CEO da Atlantic Nickel; Emerson Souza, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Brazil Iron

11h10 Intervalo

11h30 Apresentação especial do excelentíssimo sr. Rui Costa, Ministro da Casa Civil da Presidência da República

12h00 Palestra do excelentíssimo sr. Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

13h00 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/08/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

TARIFAÇO DE TRUMP: VEJA TODAS AS MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO LULA PARA SOCORRER EMPRESAS AFETADAS

Ações incluem linha de crédito de R\$ 30 bilhões e compras de comida que seria destinada aos EUA
Por O Globo — Brasília

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta quarta-feira o plano de socorro para as empresas afetadas pelo tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos. O pacote estabelece uma série de instrumentos para auxiliar os exportadores afetados, de linhas de crédito subsidiado a compras governamentais, que poderão ser utilizados conforme as diretrizes da medida provisória (MP) enviada ao Congresso Nacional.



Lula anuncia plano de socorro contra tarifaço de Trump — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

A MP tem vigência imediata e precisa ser avaliada pelo Congresso em até 120 dias. Veja todas as medidas anunciadas pelo governo:

Linhas de crédito

- R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) serão usados como funding para concessão de crédito permitindo taxas acessíveis.
- Prioridades por: dependência do faturamento em relação às exportações para os EUA; tipo de produto e porte de empresa. Serão priorizados os mais afetados.
- As pequenas e médias empresas também poderão recorrer a fundos garantidores para acessar o crédito.
- O acesso às linhas estará condicionado à manutenção do número de empregos.

Prorrogação de prazos do regime de drawback

Extensão excepcional do prazo para comprovação da exportação de produtos fabricados a partir de insumos importados ou adquiridos no Brasil com suspensão tributária (drawback).

- O governo vai prorrogar, por um ano, o prazo para que as empresas consigam exportar suas mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo regime. Esses produtos poderão ser exportados para os EUA ou para outros destinos. Com isso, elas não terão que pagar multa e juros se não conseguirem exportar aos EUA no prazo originalmente previsto.
- A medida vale para as empresas que contrataram exportações para os Estados Unidos que seriam realizadas até o final deste ano. Dos US\$ 40 bilhões exportados em 2024 para os Estados Unidos, US\$ 10,5 bilhões foram realizados via regime de drawback.
- A prorrogação não tem impacto fiscal, pois apenas posterga o prazo para cumprimento dos compromissos de exportação assumidos pelas empresas

Diferimento de tributos federais

A Receita Federal fica autorizada a fazer diferimento de cobrança de impostos para as empresas mais afetadas pelo tarifaço.

- Como funcionará: adiamento do pagamento dos próximos dois meses para empresas mais afetadas.

Compras públicas

- De forma extraordinária, por ato infralegal, União, estados e municípios poderão fazer compras para seus programas de alimentação (para merenda escolar, hospitais etc) por meio de procedimento simplificado e média de preço de mercado, garantidos a transparência e o controle dos processos.
- A medida vale apenas para produtos afetados pelas sobretaxas unilaterais.

Modernização do sistema de exportação



Ampliação das regras da garantia à exportação, instrumento que protege o exportador contra riscos como inadimplência ou cancelamento de contratos.

- As mudanças visam fortalecer empresas exportadoras de média e alta intensidade tecnológica e investimentos produtivos em economia verde.
- O plano permitirá que bancos e seguradoras utilizem essa garantia em mais tipos de operações.
- Prevê mecanismos de compartilhamento de risco entre governo e setor privado, utilizando o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE) como mecanismo de primeiras perdas, aumentando o acesso a crédito e reduzindo custos.

Fundos garantidores

- Aportes adicionais de R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), de R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

Novo Reintegra para empresas afetadas

- O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para as Empresas Exportadoras devolve aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário, ajudando a reduzir custos e aumentar a competitividade no mercado externo.
- Atualmente, empresas de grande e médio porte de produtos industrializados têm alíquota fixada em 0,1%; enquanto micro e pequenas, por meio do programa Acredita Exportação, recebem de volta 3% de alíquota.
- A medida aumenta em até 3 pontos percentuais o benefício para empresas cujas exportações de produtos industrializados foram prejudicadas por medidas tarifárias unilaterais. Ou seja, para continuarem competitivas no mercado norte-americano, grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%.
- As novas condições do Reintegra valerão até dezembro de 2026 e terão impacto de até R\$ 5 bilhões.

Proteção para o trabalhador

O governo criou a Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego para monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefícios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho.

A atuação será coordenada em nível nacional e regional via Câmaras Regionais nas Superintendências Regionais do Trabalho.

Entre as atribuições previstas estão:

- Acompanhar diagnósticos, estudos e informações relativas ao nível de emprego nas empresas e subsetores diretamente afetados pelas tarifas dos EUA.
- Ampliar a análise para identificar impactos indiretos na geração e manutenção de empregos em empresas da cadeia produtiva.
- Monitorar obrigações, benefícios e repercussões nas folhas de pagamento decorrentes de acordos para preservar empregos e mitigar os efeitos das tarifas dos EUA.
- Promover negociação coletiva e mediação de conflitos para manter o emprego.
- Aplicar mecanismos relacionados a situações emergenciais, como lay-off e suspensão temporária de contratos, dentro da lei.
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações acordadas e a manutenção dos empregos por meio da Inspeção do Trabalho.

- Utilizar a estrutura regional das Superintendências do Trabalho para engajar trabalhadores e empregadores em negociações para atender às necessidades das empresas afetadas.
- Monitorar a concessão e o pagamento de benefícios trabalhistas aos empregados das empresas diretamente afetadas.

Diplomacia comercial e multilateralismo

Por fim, o governo também anunciou que vai atuar na frente externa para ampliar e diversificar mercados, reduzindo a dependência das exportações brasileiras em relação aos Estados Unidos. E cita:

- Negociações concluídas: União Europeia; EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio).
- Em negociação: Emirados Árabes Unidos e Canadá
- Em processo de diálogo: Índia; Vietnã.

"O Brasil mantém-se aberto ao diálogo construtivo com os Estados Unidos, buscando soluções negociadas que restabeleçam condições justas e equilibradas para o comércio bilateral, em benefício de produtores, trabalhadores e consumidores dos dois países", diz o governo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/08/2025

POSSÍVEL APOSENTADORIA DE BARROSO DO STF PODE DEFINIR FUTURO DE PACHECO E ELEIÇÕES EM MINAS

Por Bela Megale



Os presidentes do STF, Luís Roberto Barroso; da República, Lula; e o senador Rodrigo Pacheco — Foto: Carlos Moura/Cristiano Mariz/Bruno Spada

Os próximos 30 dias serão decisivos nas articulações envolvendo os interesses do presidente Lula, do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e de seus aliados em Minas Gerais. Em 12 de setembro, o ministro Luís Roberto Barroso encerra seu mandato na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Com o término, há rumores de que Barroso avalia a possibilidade de antecipar sua aposentadoria, prevista apenas para

2032. Seja qual for sua decisão, ela terá reflexos no cenário eleitoral mineiro de 2026.

Caso opte pela aposentadoria, Barroso abrirá uma vaga no Supremo. A indicação do sucessor cabe a Lula. Entre os cotados para uma eventual vaga na corte despontam o advogado-geral da União, Jorge Messias, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas e o próprio presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo. O nome de Pacheco, que passou a ter maior proximidade com Lula desde a eleição do presidente e das ações envolvendo a defesa da democracia, passou a ganhar fôlego. Mesmo assim, a relação do senador com Lula ainda é considerada recente por aliados do presidente, que avaliam que ele teria mais conforto em indicar um nome mais próximo, da sua inteira confiança, caso a aposentadoria de Barroso se confirme.

Ainda há dúvida no STF e no governo se o ministro optaria por esse plano diante das pressões de Donald Trump sobre os magistrados e o tribunal. No mês passado, os EUA suspenderam os vistos de ministros do Supremo após o ministro Alexandre de Moraes determinar que Jair Bolsonaro usasse tornozeleira eletrônica.

Entre os principais defensores do nome de Pacheco para o STF está o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Interlocutores de Alcolumbre afirmam que ele já sinalizou a Lula o apoio. Pacheco foi o principal fiador da eleição de Alcolumbre para a Presidência do Senado. O senador

mineiro também conta com a simpatia de ministros como Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, pela sua atuação em defesa do STF em meio a ataques da extrema direita e às eleições de 2022.

Hoje, porém, Lula tem deixado claro que tem planos para o senador mineiro em 2026 na esfera eleitoral. Pacheco é visto como a principal opção do presidente para a disputa ao governo de Minas Gerais. Como informou a coluna, o petista já disse em entrevistas e discursos que o parlamentar será o seu candidato, se aceitar o desafio.

Lula considera importante ter um candidato competitivo em Minas que possa lhe dar um palanque forte, ajudá-lo a assegurar a reeleição e levar também um nome ao Senado alinhado ao seu campo.

A interlocutores, Lula já até revelou que ocupar uma vaga no STF seria um desejo de Pacheco, em razão de seu histórico no mundo jurídico e na Presidência do Congresso, por dois mandatos consecutivos. Ao mesmo tempo, o presidente tem recorrido a uma frase para convencer Pacheco a subir no palanque mineiro: “quem não vence em Minas não vence no Brasil. E a candidatura de Pacheco deixou de ser um desejo, transformou-se numa causa”.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/08/2025

GOVERNO QUER RETIRAR R\$ 9,5 BILHÕES DO PLANO DE CONTINGÊNCIA A TARIFAÇÃO DA META FISCAL DE 2025

Segundo secretário da Fazenda, decisão foi tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã desta quarta-feira

Por Thaís Barcellos, Bernardo Lima e Ivan Martínez-Vargas



Lula assina medida provisória (MP) para mitigar efeitos de tarifação de Trump — Foto: Ricardo Stuckert / PR

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva voltou atrás e quer o impacto fiscal do pacote de contingência ao tarifação da meta fiscal de 2025. O plano tem impacto primário de R\$ 9,5 bilhões, devido ao aporte em fundos garantidores e à devolução de impostos em virtude do Reintegra.

— O que a gente conversa entre ontem e hoje cedo com os presidentes da Casa, e o que o presidente do TCU também já tinha dito, é a possibilidade de excluir esses valores da meta de primário do ano de 2025 — disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Segundo Durigan, essa decisão foi tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã desta quarta-feira. Ontem, o ministro Fernando Haddad havia dito que o custo do pacote ficaria dentro da meta fiscal.

Isso se deu pela inclusão do Reintegra no pacote no último momento. Com isso, o impacto total do pacote não caberia no espaço atualmente previsto em relação à meta fiscal, que prevê um margem de tolerância de déficit de R\$ 31 bilhões. A última projeção do governo era de R\$ 26,3 bilhões, uma folga em relação ao piso da meta, portanto, R\$ 4,7 bilhões.

— A gente tinha alguma margem para além da banda inferior da meta, que daria para fazer o aporte nos fundos sem considerar a meta, mas, quando a gente passa a considerar outras questões, isso fica inviabilizado. Com os diálogos com o Congresso e TCU, isso (retirar da meta) passa a ser um caminho bem aceito por todos, para que a gente também não deixe de atender quem precisa.

Durigan explicou que, em conjunto com o Congresso, será um projeto de lei complementar para excepcionalizar o valor do crédito extraordinário da meta deste ano, quando ele for editado. O crédito extraordinário tradicionalmente só exclui o gasto do limite de despesas do arcabouço fiscal.

O secretário especial de Análise Governamental da Presidência da República, Bruno Moretti, afirmou que o valor do aporte nos fundos (R\$ 4,5 bilhões) e da renúncia de receita do Reintegra (R\$ 5 bilhões) estará previsto no projeto.

O Reintegra foi incluído, conforme Durigan, em conversa final com a cúpula do Congresso e associações empresariais.

— O argumento principal é que vamos viver essa realidade de não onerar o exportador na reforma tributária, em breve. E por que não antecipar esse benefício aos setores afetados, para que eles consigam manter alguma competitividade e manter seus empregos? — destacou

O pacote de contingência ao tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras vai contar com R\$ 4,5 bilhões em aportes em fundos garantidores para garantir a oferta de crédito mais barato aos setores atingidos.

Em relação aos aportes nos fundos garantidores, serão R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

Além disso, o plano estabelece um limite de R\$ 5 bilhões para a devolução de tributos via Reintegra. Quando o programa atingir esse valor, ele acaba.

O plano prevê a extensão do Reintegra para todas as empresas exportadoras. Atualmente, empresas de grande e médio porte de produtos industrializados têm alíquota fixada em 0,1%; enquanto micro e pequenas, por meio do programa Acredita Exportação, recebem de volta 3% de alíquota.

A medida aumenta em até 3 pontos percentuais o benefício para empresas cujas exportações de produtos industrializados foram prejudicadas por medidas tarifárias unilaterais. Ou seja, para continuarem competitivas no mercado norte-americano, grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/08/2025

WELBER BARRAL: PACOTE DO GOVERNO AJUDA EXPORTADORES, MAS NÃO HÁ “BALA DE PRATA”

Por Ana Carolina Diniz



Porto do Itaqui, no Maranhão — Foto: Divulgação

O pacote anunciado pelo governo para apoiar exportadores brasileiros foi bem recebido pelo consultor de comércio internacional Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior. Ele destaca que o drawback (regime que isenta tributos sobre insumos utilizados na produção para exportação) já foi usado em 2008, em meio à crise internacional, e considera a medida importante para reduzir a pressão



sobre o exportador. Segundo ele, 40% das exportações brasileiras utilizam o mecanismo, que normalmente concede um ano a mais para a efetivação da venda externa.

- Esta medida ajuda muito.

Barral também destacou o programa Reintegra, que permite às empresas exportadoras receber de volta parte dos tributos pagos durante a produção de bens exportados, é importante porque mantém o incentivo as vendas externas, especialmente num momento em que pedidos de exportação para os EUA vêm sendo cancelados.

As demais medidas, como a linha de crédito de R\$ 30 bilhões, dependem de detalhes que ainda serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelecerá condições e exigências dos bancos, lembra.

- Uma linha de R\$ 30 bilhões para financiamento é positiva, mas é preciso saber como vai funcionar na prática, porque pequenas e médias empresas, têm dificuldade de oferecer garantias e acabam sem acesso ao crédito.

Sobre as negociações com os Estados Unidos, ele avalia que o processo tende a ser demorado, já que a estratégia brasileira foi não demonstrar fragilidade para evitar um acordo desfavorável, como o firmado pela Indonésia. O país asiático terá reduzirá tarifas e restrições sobre minerais críticos após acordo

Barral citou ainda que além dos setores mais conhecidos como móveis e frutas, outros que não têm o mesmo destaque estão sofrendo com o tarifaço. Ele cita a água de coco, com a exportação é quase toda destinada aos EUA, e sal, que embora de menor valor agregado, tem forte impacto regional.

- Acho que não havia muito mais a fazer, considerando o pouco espaço fiscal do governo. Talvez o recurso para o Reintegra pudesse ser maior, ou a questão do financiamento, mais facilitada. Mas não acho que teria "nenhuma bala de prata" de qualquer forma.

Sobre a questão fiscal, André Valério, economista sênior do Inter, considera que o pacote veio dentro do esperado, sem grandes surpresas, mas destaca a necessidade de atenção ao impacto nas contas públicas.

- A criação de uma linha de crédito subsidiada em meio ao aperto monetário realizado pelo Copom pode minar os esforços da política monetária. O montante anunciado não é grande o suficiente para gerar distorções significativas. No entanto, o risco é a perpetuação das medidas, que poderiam se tornar mais uma forma de política industrial, criando mais distorções e, potencialmente, impactando a condução da política monetária via incerteza fiscal e crédito subsidiado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/08/2025

PACOTE DE CONTINGÊNCIA PREVÊ ADIAMENTO DE DOIS MESES DA COBRANÇA DE IMPOSTOS POR EMPRESAS AFETADAS POR TARIFAÇÃO DE TRUMP

Medida será encerrada depois com um ato administrativo, para evitar a prorrogação do benefício tributário

Por Thaís Barcellos, Bernardo Lima e Ivan Martínez-Vargas — Brasília

O pacote de contingência ao tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras contempla uma autorização para o diferimento da cobrança de impostos federais. Segundo a medida provisória enviada ao Congresso, a adiamento será de dois meses para as empresas mais afetadas.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, essa medida será encerrada depois com um ato administrativo, para evitar a prorrogação do benefício tributário.



O ministro Fernando Haddad, o presidente Lula e o vice Geraldo Alckmin — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

— Vai ter um ato posterior, porque sabemos do risco que a administração tributária corre nesses tempos de crise, em que se abre benefícios e que eles são de difícil reversão posteriormente.

O plano apresentado nesta quarta-feira também prevê uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões via Fundo Garantidor de Exportações (FGE), aportes de R\$ 4,5 bilhões em outros fundos garantidores, e a ampliação do Reintegra para empresas exportadoras, regime que prevê devolução de parte do tributo acumulado na cadeia produtiva. O limite de devolução é de R\$ 5 bilhões.

O pacote também contempla a extensão excepcional para 1 ano do prazo para uso de crédito tributário para empresas que importam insumos antes de exportar (Drawback) e compras governamentais.

O plano cria ainda a Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego para monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefícios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/08/2025

PACOTE DE CONTINGÊNCIA A TARIFAÇÃO DE TRUMP PREVÊ R\$ 4,5 BI DE APORTE EM FUNDOS E LIMITE DE R\$ 5 BI PARA REINTEGRA

Esse é o valor total dos impactos das medidas nas contas públicas

Por Thaís Barcellos, Bernardo Lima e Ivan Martínez-Vargas — Brasília



Lula assina medida provisória (MP) para mitigar efeitos de tarifaço de Trump — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O pacote de contingência ao tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras vai contar com R\$ 4,5 bilhões em aportes em fundos garantidores para possibilitar a oferta de crédito mais barato aos setores atingidos.

Além disso, o plano estabelece um limite de R\$ 5 bilhões para a devolução de tributos via Reintegra. O pacote ainda conta com uma linha de crédito de até R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE), como antecipou O GLOBO, com taxas acessíveis.

"Serão priorizados os mais afetados e as empresas de menor porte. As pequenas e médias empresas também poderão recorrer a Fundos Garantidores para acessar o crédito. O acesso à linha de crédito está condicionado à manutenção de emprego", destaca a apresentação do plano.

No uso do FGE, terá prioridade a dependência do faturamento em relação às exportações para os EUA; tipo de produto e porte de empresa. Serão priorizados os mais afetados.

Em relação aos aportes nos fundos garantidores, serão R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

O plano prevê a extensão do Reintegra para todas as empresas exportadoras. Atualmente, empresas de grande e médio porte de produtos industrializados têm alíquota fixada em 0,1%; enquanto micro e pequenas, por meio do programa Acredita Exportação, recebem de volta 3% de alíquota.

A medida aumenta em até 3 pontos percentuais o benefício para empresas cujas exportações de produtos industrializados foram prejudicadas por medidas tarifárias unilaterais. Ou seja, para continuarem competitivas no mercado norte-americano, grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%

O pacote também contempla a extensão excepcional para 1 ano do prazo para uso de crédito tributário para empresas que importam insumos antes de exportar (Drawback), assim como diferimento de impostos e compras governamentais. O plano cria ainda a Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego para monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefícios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/08/2025

BRASIL TENTARÁ AUMENTAR EXCEÇÕES AO TARIFAÇÃO DOS EUA, AFIRMA SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Tatiana Prazeres participou de audiência pública na Câmara dos Deputados

Por Eliane Oliveira — Brasília



**Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior —
Foto: Carol Carqueiro/Valor**

A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Prazeres, afirmou, nesta quarta-feira, que o Brasil tentará ampliar a lista de exceções à sobretaxa de 40% para produtos brasileiros, anunciada no último dia 9 de julho pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Com a medida, parte das exportações brasileiras passou a ser tributada em 50%, levando em conta 10% que já haviam sido aplicados

pelos EUA.

Após o decreto aumentando a alíquota sobre produtos brasileiros em 50%, o governo americano divulgou uma lista com 700 exceções, ou seja, com bens que ficariam isentos da sobretaxa. São exemplos suco de laranja, peças aeronáuticas e aviões da Embraer. Consumo, estão sendo tributados carnes, café, calçados, frutas, pescados e bens de capital.

— O Brasil não é um problema comercial para os Estados Unidos. A relação comercial é ganha-ganha, interessa aos dois países, há complementariedade econômica. Isso gera emprego e investimentos para os dois lados, de modo que é importante valorizar a relação comercial — afirmou a secretária, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados.

Tatiana Prazeres reforçou o argumento usado pelo governo brasileiro que o Brasil importa mais do que exporta para os EUA, o que não justificaria o tarifaço de Trump. Segundo ela, o Brasil teve um déficit acima de US\$ 28 bilhões no passado, considerando produtos e serviços.

— Se o Brasil tem um déficit com os Estados Unidos, não deveria ser alvo das medidas adotadas, sobretudo porque esse parece ser um tema de preocupação relevante para os Estados Unidos — afirmou.

Ela ressaltou que o plano de contingência anunciado nesta quarta-feira pelo governo brasileiro conta com o apoio do Congresso Nacional. A secretária definiu as medidas como um "esforço coletivo".

— Este é um esforço coletivo. Precisaremos do envolvimento do Legislativo para buscar soluções que protejam a indústria e o emprego no Brasil.

O governo anunciou um plano de socorro para as empresas afetadas pelo tarifaço de 50% imposto pelos EUA. O pacote estabelece uma série de instrumentos para auxiliar os exportadores afetados, de linhas de crédito subsidiado a compras governamentais, que poderão ser utilizados conforme as diretrizes da medida provisória (MP) enviada ao Legislativo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/08/2025

FGE, QUE SERÁ USADO EM SOCORRO A EXPORTADORES, TEM PATRIMÔNIO DE R\$ 53,8 BI E LUCROU R\$ 1,7 BI NO 1º SEMESTRE

Fundo foi criado em 1999 como parte do sistema nacional de financiamento ao comércio exterior

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Trabalhadores ao lado de um navio atracado no Porto de Santos, no litoral de São Paulo — Foto: Jonne Roriz/Bloomberg

O Fundo de Garantia à Exportação (FGE), no centro das atenções das medidas de crédito que o governo anunciou para mitigar os efeitos negativos do tarifaço do presidente Donald Trump sobre as vendas do Brasil aos Estados Unidos, tem patrimônio de R\$ 53,8 bilhões, e registrou lucro de R\$ 1,7 bilhão no primeiro semestre, conforme relatório de gestão elaborado pelo BNDES.

O banco de fomento é o gestor do FGE, criado em 1997, como parte do sistema nacional de financiamento ao comércio exterior, posto de pé no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Nesse sistema, o FGE serve para cobrir o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), que garante os financiamentos às exportações de bens e serviços.

O financiamento é essencial para as exportações de maior valor ou que exijam encomendas grandes — os produtos são feitos sob encomenda, não saem da prateleira. O uso de recursos públicos, seja na garantia, caso do FGE, seja no financiamento direto, na atuação do BNDES e do BB, é comum nos sistemas de financiamento ao comércio exterior de diversos países. Esse papel costuma ficar com agências de fomento às exportações ou com “eximbanks”.

No Brasil, o BNDES e o BB ficam nessa função. No fim de 2022, o banco de fomento ultrapassou a marca de US\$ 100 bilhões emprestados para o comércio exterior, no acumulado desde os anos 1990. Só a fabricante de aviões Embraer contratou em torno de US\$ 25 bilhões desse total — na indústria de aviação, o financiamento faz parte do negócio; nenhuma companhia aérea ou governo



compra aviões sem crédito, que, geralmente, é concedido ou garantido pelo governo de origem do fabricante.

O FGE cobriu os financiamentos a obras no exterior tocadas pelas principais construtoras do país, como Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Todas acabaram envolvidas nos escândalos revelados pela Operação Lava-Jato, colocando os empréstimos do BNDES aos governos de Venezuela, Cuba, Argentina e Angola, entre outros, no centro de polêmicas políticas.

Foram US\$ 10,5 bilhões em financiamentos a obras em 15 países, desde fins dos anos 1990. Até o primeiro trimestre deste ano, o BNDES tinha recebido de volta US\$ 13,3 bilhões, com juros e correção, já incluindo as indenizações por atrasos, que somam US\$ 1,2 bilhão, por causa de calotes de Venezuela, Cuba e Moçambique — praticamente todo esse valor foi coberto pelo FGE.

Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, em entrevista à GloboNews, que o pacote de contingência contra o tarifaço de Trump incluirá “uma reforma estrutural do FGE”. Na semana passada, O GLOBO informou que a ideia da equipe econômica é usar o FGE como fonte de recurso para operações de crédito com juros mais baixos a empresas dos setores mais afetados pela perda das exportações para os EUA.

Usar o FGE como fonte de recursos exigirá mudanças profundas, incluindo na forma como ele é contabilizado. Pelas regras atuais, o fundo tem patrimônio, ativos, receitas e despesas, mas é considerado de “natureza contábil”. Isso significa que, quando tem que fazer alguma despesa, como nas indenizações dos calotes, é preciso incluir o gasto no Orçamento, com impacto nas contas públicas, piorando o resultado fiscal.

Para o consultor Ricardo Ramos, que foi diretor da área de comércio exterior do BNDES, faz sentido usar o FGE como fonte de recursos para as medidas de alívio ao tarifaço. E seria melhor se o foco continuasse nas garantias.

— Esse fundo dar garantia é mais eficiente, porque com o mesmo dinheiro ele consegue garantir mais (empréstimos) — disse Ramos, citando como exemplo o Peac, programa de garantia de crédito para pequenas e médias empresas lançado pelo BNDES durante a pandemia.

Ramos chamou a atenção também para o fato de que nem sempre o crédito será a melhor forma de mitigar os efeitos da sobretaxa dos EUA. Isso dependerá do setor e, até mesmo, da estratégia de cada empresa. Por isso, o ex-diretor do BNDES defendeu o uso combinado de várias medidas:

— O crédito é eficaz quando a empresa, no futuro próximo, no próximo ano ano, consegue realocar sua produção para outros mercados que não os EUA.

Desde o início da atual gestão do BNDES, no começo de 2023, até o primeiro semestre deste ano, foram aprovados mais R\$ 38,8 bilhões em financiamentos às exportações, todos voltados para a indústria, já que as empreiteiras brasileiras não têm feito serviços no exterior. Segundo o banco de fomento, esse valor supera tudo o que foi aprovado para o comércio exterior na soma dos sete anos anteriores à atual gestão, de 2016 a 2022.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/08/2025

GOVERNADORES DE DIREITA ACUSAM LULA DE ‘RADICALIZAÇÃO’ E ‘IRRESPONSABILIDADE’ EM REAÇÃO AO TARIFAÇO

Durante evento com empresários do agronegócio, Ratinho Jr. e Ronaldo Caiado culparam governo ao tratar de crise diplomática, política e comercial com EUA

Por Juliana Causin — São Paulo

Em evento com investidores e empresários do agronegócio promovido em São Paulo, pelo BTG Pactual, governadores de direita criticaram a forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem conduzido a reação ao tarifaço imposto pelo governo Donald Trump, acusando o Palácio do Planalto de radicalizar o discurso e de “irresponsabilidade política”.



Evento com agronegócio, em São Paulo, reuniu governadores de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraná — Foto: Reprodução/BTG Pactual

No palco, estavam os governadores Tarcísio de Freitas (São Paulo), Ronaldo Caiado (Goiás), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Ratinho Júnior (Paraná). Eles também acusaram o governo de negligenciar o ajuste fiscal, enquanto defenderam políticas de corte e reformas promovidas localmente em seus estados.

Sobre o tarifaço, Ronaldo Caiado voltou a acusar o governo de Lula pelas consequências da crise com os Estados Unidos, sem citar as articulações de bolsonaristas com a Casa Branca. O governador de Goiás, pré-candidato à presidência em 2026, afirmou que o presidente tem radicalizado o discurso, e governado com “marqueteiro”, em vez de consultar ministros.

— Nós não sabemos a que ponto de irresponsabilidade ele vai querer levar (o país) com esse discurso de ontem à noite. Mas tudo isso sendo feito, radicalizando cada vez mais, como se Brasil pudesse decidir qual é a moeda a ser substituída no dólar — disse Caiado.

O presidente Lula apresentou nesta quarta-feira um pacote de R\$ 30 bilhões em crédito para setores afetados pelo tarifaço. Em paralelo, tem trabalhado para estreitar as relações com países dos Brics, o que incluiu, nos últimos dias, ligações para os principais mandatários do bloco, como Xi Jinping, da China, Vladimir Putin, da Rússia, e Narendra Modi, da Índia.

Apesar das críticas duras ao governo brasileiro, os governadores não mencionaram o ex-presidente americano Donald Trump, cuja política comercial também já afetou o agronegócio brasileiro, nem fez referência à defesa da soberania nacional. Também não houve menção a aliados políticos como o deputado Eduardo Bolsonaro, um dos principais articuladores na Casa Branca pelas sanções

Ratinho Júnior, do Paraná, que também tem flertado com uma candidatura presidencial em 2026, acusou o governo Lula de enfraquecer a diplomacia brasileira. Em um segundo momento, ele afirmou que “comer uma jabuticaba e fazer um videozinho” não iria resolver os problemas do país.

— A diplomacia brasileira era reconhecida no planeta há mais de 150 anos como uma das melhores do mundo em capacidade de achar solução comercial e hoje nós estamos perdendo isso, desmoralizando esse ativo por irresponsabilidade política. Então eu penso que essa safra de governadores têm muito a contribuir com o Brasil, em especial para o futuro, para que a gente não tenha uma estrada em que a gente não saiba onde vamos chegar.

Em vários momentos, a plateia formada por investidores e empresários do agronegócio aplaudiu os governadores quando criticaram o presidente. Tarcísio foi aplaudido quando disse que o Brasil “não aguenta mais o Lula e não aguenta mais o PT”. Durante a mesa de pouco mais de uma hora, o governador paulista e Eduardo Leite evitaram tratar do tarifaço e focaram as críticas ao governo na questão fiscal.

Os quatro afinaram o discurso ao se colocarem como uma “nova safra” de governadores que seria uma alternativa política para o país. Durante a mesa, defenderam que responsabilidade nas contas públicas pode estar aliada a manutenção de manter programas sociais, citando cortes de cargos e secretarias, privatizações e redução de benefícios tributários em seus estados como exemplos.

— A gente se inspirou nos melhores programas de superação da pobreza do mundo (para criar o SuperAção SP, programa de combate à pobreza). Então dá pra fazer, dá pra fazer rápido, e eu acho que a turma aqui tá mostrando como é que se faz — afirmou Tarcísio, em referência aos pares que estavam no palco.

Eduardo Leite também defendeu que não há oposição entre ajuste fiscal e políticas sociais. Caiado, mais incisivo, acusou Lula de não ter compromisso com o equilíbrio fiscal e de adota uma postura “populista” que comprometeria a saúde financeira do país.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/08/2025

GOVERNO VAI SUSPENDER TRIBUTOS PARA EXPORTADORES BRASILEIROS AFETADOS POR TARIFAÇO DE TRUMP; VEJA CRITÉRIOS

Para ter acesso ao benefício, a empresa precisará comprovar os compromissos de exportação para os Estados Unidos

Por Geralda Doca



O presidente Lula e o americano Donald Trump — Foto: Fotos da AFP

Para ajudar os exportadores prejudicados pelo tarifaço de Donald Trump sobre os produtos brasileiros enviados aos Estados Unidos, o governo Lula irá suspender, por um ano, o pagamento de tributos previstos no regime especial de drawback.

Drawback é um regime aduaneiro que permite a suspensão ou isenção de tributos incidentes na aquisição de insumos empregados ou consumidos na industrialização de produtos exportados. O mecanismo funciona como incentivo às exportações brasileiras.

Há três modalidades de drawback: suspensão, isenção e restituição de tributos.

A modalidade suspensão consiste na suspensão de tributos incidentes sobre a aquisição, no mercado interno ou via importação, de mercadorias para emprego ou consumo na industrialização de produto a ser exportado.

Os detalhes da medida constam de uma medida provisória (MP) a ser assinada pelo presidente Lula em cerimônia no Palácio do Planalto, nesta quarta-feira.

Para ter acesso ao benefício, a empresa precisará comprovar os compromissos de exportação para os Estados Unidos.

Esse documento precisará atestar a intenção comercial, preexistente à data de entrada em vigor da medida provisória, de venda para os Estados Unidos dos produtos objeto dos compromissos de exportação e contrato preexistente à data de entrada em vigor da MP ou nota fiscal de venda do fabricante-intermediário para a empresa industrial-exportador.

O prazo de prorrogação excepcional de um ano será contado a partir da data de assinatura de um termo com o governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/08/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EMPRESAS IMPACTADAS PELO TARIFAÇO QUE JÁ TENHAM CONTRATOS NO PRONAMPE PODERÃO PRORROGAR PARCELAS

A prorrogação de parcelas deverá respeitar o limite de 84 meses (sete anos), e as empresas poderão usar novos recursos para quitar empréstimos antigos do programa, criado na pandemia

Por Flávia Said (Broadcast) e Giordanna Neves (Broadcast)

BRASÍLIA - As empresas participantes do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) impactadas pelas tarifas dos Estados Unidos poderão prorrogar e suspender pagamentos de parcelas vencidas ou a vencer.



A prorrogação de parcelas deverá respeitar o limite de 84 meses totais (sete anos) para pagamento. Essas empresas também poderão ainda pedir carência ou suspensão de pagamentos por até 12 meses.

Além disso, as empresas poderão usar novos recursos para quitar empréstimos antigos do Pronampe.

Lula comandou o lançamento do plano 'Brasil Soberano' nesta manhã de quarta-feira, 13
Foto: Wilton Junior/Estadão

FGO vai garantir empréstimo

O Fundo Garantidor de Operações (FGO) poderá garantir até 100% do valor de cada empréstimo feito pelas instituições financeiras no âmbito do Pronampe. No entanto, essa garantia não poderá ultrapassar 85% do total da carteira de crédito da instituição no Pronampe.

Os recursos integralizados no FGO serão usados para cobrir as operações relacionadas ao apoio a exportadores de bens e serviços, bem como seus fornecedores, especialmente os impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América. Um ato do Ministério da Fazenda vai definir esses exportadores.

As modificações na lei do Pronampe, que é de 2020, foram feitas pela Medida Provisória (MP) 1.309/2025, editada nesta quarta-feira, 13.

A MP traz um conjunto de iniciativas para socorrer as empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelo governo Trump.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/08/2025

SOCORRO CONTRA TARIFAÇO TERÁ R\$ 30 BI EM CRÉDITO, COMPRAS DO GOVERNO E ADIAMENTO DE IMPOSTOS

Presidente Lula anuncia medidas nesta quarta-feira, 13, com foco em pequenas e médias empresas

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - Depois de duas semanas de espera desde que o presidente americano Donald Trump oficializou o tarifaço contra o Brasil, o governo Lula apresenta nesta quarta-feira, 13, às 11h30, o plano de socorro aos setores atingidos. As propostas estão divididas em três grupos, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad: linhas de crédito, benefícios tributários e compras governamentais. Haverá a exigência de manutenção de empregos como contrapartida aos benefícios, mas com exceções a depender da empresa.

“O texto está 100% definido, é um projeto que contempla as várias demandas dos setores produtivos. Nós tivemos muitas reuniões com eles e penso que, dentro dos limites estabelecidos, ele contempla os afetados”, afirmou Haddad após audiência pública no Senado nesta terça-feira, 12.



O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Tarifaço de Trump atingiu exportações brasileiras. Foto: Wilton Junior/Estadão e Alex Brandon/AP

Haddad também adiantou que o governo vai abrir crédito extraordinário para financiar as medidas. Isso significa que essas despesas ficarão de fora do limite de gastos do arcabouço, mas serão contabilizadas no cálculo da meta fiscal (balanço entre receitas e

despesas das contas públicas).

Especialistas apontam que esses recursos podem ser usados para viabilizar as compras, pelo governo, de produtos que deixarão de ser exportados, bem como no caso de diferimento de impostos - quando as empresas adiam o pagamento dos tributos.

Em entrevista à Bandnews nesta terça, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que será criada uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões, mas que esse montante “é só o começo” do plano de contingência.

“Estamos pensando em ajudar, sobretudo, as pequenas empresas: o pessoal que exporta tilápia, frutas, mel, máquinas. As grandes têm mais poder de resistência”, disse Lula.

Ajustes

Como revelou o Estadão, o governo preferiu deixar o anúncio das medidas para depois que o tarifaço fosse oficializado por Trump, para conseguir calibrar com mais precisão as propostas. No anúncio pelo governo americano, cerca de 40% da pauta exportadora do Brasil ficou excluída da alíquota de 50%.

Na visão da Fazenda, a estratégia se mostrou correta, porque acabou reduzindo riscos fiscais, já que menos setores foram atingidos.

Por um lado, há a preocupação de proteger os setores, principalmente as pequenas e médias empresas; por outro, existe também o objetivo de abrir novos mercados para reduzir a dependência das vendas para os EUA.

Com o receio de agravar o desequilíbrio fiscal, a governo calibrou para que a proposta fosse “tailor made” - ou seja, sob medida para cada empresa, após a análise do CNPJ de cada uma e o peso das exportações aos EUA em seu faturamento.

Em entrevista à GloboNews nesta semana, Haddad afirmou que o plano tem viés estrutural, para além de medidas conjunturais. Ele disse que estão incluídas duas reformas estruturais que envolvem medidas de crédito e o Fundo de Garantia para Exportações (FGE).



“Estamos fazendo uma reforma estrutural no FGE, com suporte dos demais fundos, para garantir que toda empresa brasileira - não só as grandes - que tiver vocação de exportação terá instrumentos modernos para fomentar a exportação para o mundo inteiro”, disse ele, citando a necessidade de redirecionar as exportações.

O ministro confirmou que o plano de contingência terá linhas de financiamento, além de contemplar a questão tributária e autorizar compras governamentais em determinados casos. Ele adiantou que a exigência de manutenção de empregos será flexibilizada.

“Manutenção de emprego está previsto na MP, mas há empresas que não vão poder garantir isso, porque o impacto é muito grande na sua produção, e a MP flexibiliza para alguns casos outros tipos de contrapartida”, disse Haddad. “É uma MP que tem que ter certa flexibilidade; são mais de 10 mil empresas, não vamos conseguir colocar na mesma moldura todo mundo”, disse.

Veja abaixo alguns pontos da proposta:

- R\$ 30 bilhões em crédito
- Diferimento (adiamento) no pagamento de impostos
- Compras governamentais de produtos não exportados
- Estímulo à abertura de novos mercados
- ‘Drawback’ (devolução de impostos pagos) para a importação de insumos que depois serão exportados em produtos de maior valor agregado.
- Benéfico “tailor made” - feito sob medida para determinada empresa, após análise do CNPJ e peso da exportação para os EUA no seu faturamento.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que o drawback já é muito utilizando no Brasil, mas que governo poderia, provisoriamente, permitir que a venda do produto aconteça dentro do próprio País.

“O drawback é quando o empresário importa uma matéria-prima, insere na sua produção, e exporta depois. Essa importação é isenta de todos os tributos. É uma operação já muito utilizada hoje no Brasil”, diz. “O que o governo pode fazer é permitir que a venda aconteça no mercado interno, para que ela mantenha o seu nível de atividade econômica”, afirma.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/08/2025

ANÁLISE - BRASIL SOBERANO: PALIATIVO BILIONÁRIO PARA UMA CRISE COMERCIAL SEM SOLUÇÃO À VISTA

Pacote deve ter efeitos limitados e impacto não mensurado, mas que pode ser duradouro nas contas públicas

Por Celso Ming

O pacote de compensação às empresas prejudicadas pelo tarifaço, que inclui uma linha de crédito da ordem de R\$ 30 bilhões e outros benefícios, intitulado de “Brasil Soberano”, envolve grande complexidade, e sua operação pode produzir distorções.

Qualquer iniciativa nesse sentido, como esta, não passa de paliativo. É analgésico contra a dor; não cura o braço quebrado. A melhor política contra esse tarifaço consiste em negociar para obter tarifas mais baixas, diversificar exportações e buscar novos acordos comerciais.

A paulada desferida pelo presidente Donald Trump não atingiu por igual exportadores e fornecedores de exportadores. Mesmo dentro de cada setor, como o de calçados ou de móveis de madeira, o impacto foi assimétrico, de acordo com a dependência de cada qual das exportações para os Estados Unidos. Distribuir compensações exigirá a adoção de critérios também desiguais ou influenciados pelo poder de lobby de cada uma delas.



Ninguém sabe quanto tempo durarão essas megatarifas. Pode acontecer que sejam até mesmo aumentadas, como já ocorreu no caso do Brasil ou da Índia, por questões que nada têm a ver com comércio exterior. A possível decretação da prisão do ex-presidente Bolsonaro, em setembro, ou o avanço da campanha eleitoral no Brasil, por exemplo, poderão ser usados como motivos para mais castigos às empresas brasileiras. Nesse caso, os benefícios compensatórios também teriam de ser reforçados? Em que proporção?

A proposta de que os créditos especiais, com juros favorecidos, já previstos, exijam contrapartidas — como compromissos das empresas de não dispensar mão de obra — pode ser outro complicador. Muitos exportadores operam com trabalho temporário ou terceirizado. Para outros setores, como a cafeicultura e a cultura de cana-de-açúcar, falta pessoal. A administração dessas diferenças fica sujeita a contrariedades políticas.

E não tem cabimento afirmar que um pacote assim não produza impacto fiscal relevante. Se os juros são subsidiados, o Tesouro terá de arcar com o pagamento da diferença. O pacote incluirá, ainda, adiamento ou parcelamento no recolhimento de impostos. Ou seja, embutirá novos Refis explícitos ou disfarçados. Pergunta: alguém lá no Tesouro fez os cálculos do que isso custará para o contribuinte brasileiro?

Dívida em rápida expansão, juros muito altos e baixo nível de investimento são demonstrações de que a economia está desarrumada. É um carro com amortecedores e freios avariados, sujeito a trombada por qualquer fator desestabilizador. Seria bem outra a situação da economia brasileira se as contas públicas estivessem nos trinques e as reformas, encaminhadas.

Esse socorro tem lá suas justificativas. Mas, a longo prazo, o Brasil precisa se preparar para o prolongamento dessa guerra comercial sem pé nem cabeça. E isso passa pelo aumento da competitividade da empresa brasileira, e não pelo aumento do protecionismo interno.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/08/2025

TARCÍSIO DIZ QUE BRASIL 'NÃO AGUENTA MAIS LULA' E DEFENDE 'TROCAR O PILOTO' PARA MELHORAR O PAÍS

Governador de São Paulo criticou ainda o que chamou de 'picuinhas' internas, como o debate sobre emendas parlamentares e o discurso tributário do governo Lula de ricos contra pobres

Por Geovani Bucci (Broadcast)

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), criticou nesta quarta-feira, 13, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante fórum com governadores promovido pelo Banco BTG Pactual. Segundo Tarcísio, pior do que a "crise fiscal" enfrentada pelo País é a atual "crise moral". O governador ainda defendeu que, para o Brasil melhorar, "é só trocar o piloto que o carro é bom pra caramba".

"Nós estamos há 40 anos discutindo a mesma pessoa. O Brasil não aguenta mais excesso de gasto. O Brasil não aguenta mais, não tolera mais aumento de imposto. O Brasil não aguenta mais corrupção. O Brasil não aguenta mais o PT. O Brasil não aguenta mais o Lula", afirmou Tarcísio. "É preciso falar dessa safra de governadores. Nós não precisamos mais da mentalidade atrasada, da mentalidade de 20 anos atrás", acrescentou o governador, cotado para ser candidato a presidente da República com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está inelegível.

De acordo com o governador de São Paulo, as soluções para o problema fiscal do Brasil são reforma orçamentária, desvinculação de receita, desindexação e reforma de benefícios tributários. Tarcísio citou como empecilhos a "rigidez" orçamentária, a ineficiência na alocação de recursos e a baixa qualidade do gasto.



Tarcísio de Freitas participou de evento com governadores Foto: Pablo Jacob/Governo do Estado de SP

Tarcísio utilizou a sua gestão como exemplo, ressaltando a desestatização da Companhia de Saneamento Básico, a Sabesp, e sugeriu que o governo federal “inventa despesas” e “joga dinheiro fora”. O governador também criticou o que chamou de “picuinhas” internas, como o debate sobre emendas parlamentares e o discurso tributário do governo Lula de ricos

contra pobres.

“Tem um problema das emendas etc. Estamos falando de quanto? Uma discussão de R\$ 40 a R\$ 50 bilhões, no universo de quê? R\$ 3,35 trilhões? E gastamos energia com isso por conta de um orçamento absolutamente vinculado”, continuou. “O mundo está de portas abertas para o Brasil, e nós, aqui, andando numa ciranda e discutindo picuinha”, disse.

E acrescentou: “A gente não fortalece o fraco, enfraquecendo o forte. A gente não fortalece o empregado, enfraquecendo o empregador. A gente não pode promover a divisão. Se a gente ajustar as alavancas direitinho, a gente vai dar um salto. Vamos caminhar em direção à nossa vocação que é ser grande”, afirmou. “A gente já fez grandes coisas, é só trocar o piloto que o carro é bom pra caramba”, reforçou.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), também estiveram presentes ao evento e fizeram críticas ao governo federal. Caiado, mais enfaticamente, chamou Lula de “inconsequente” e “irresponsável”. O goiano disse ainda que o petista está numa briga com o presidente norte-americano, Donald Trump, e que os governadores não podem “pagar” por isso, em referência ao tarifaço.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/08/2025

TAURUS, VALE E JBS INTENSIFICARAM LOBBY PARA DEFENDER INTERESSES NOS EUA EM MEIO À GUERRA TARIFÁRIA

Empresas recorrem a serviços de lobby para discutir produção e buscar diretrizes em relação ao tarifaço de Trump, que redesenha o mapa corporativo global

Por Gabriel Baldocchi (Broadcast)

As incertezas geradas pelas políticas do presidente Donald Trump aumentaram o interesse das empresas brasileiras em serviços especializados de lobby nos Estados Unidos. Nomes como a fabricante de armas Taurus, a mineradora Vale e JBS aparecem neste ano, pela primeira vez, entre os contratantes dos serviços de lobistas formais na lista oficial de registros do Congresso americano.

As empresas buscaram defender interesses e obter diretrizes em temas relacionados à produção local, mostram os registros. Como pano de fundo, está o tarifaço imposto por Trump e que está redesenhando o mapa corporativo global.

Taurus e Vale se juntaram a outras brasileiras acostumadas a recorrer ao apoio de profissionais especializados em atuar junto a esferas do Executivo e do Legislativo americanos, como Braskem, Embraer e JBS. Procurada, a JBS não comentou. Braskem e Embraer não responderam até a publicação deste texto.

Os dados constam de relatórios com declarações de boa-fé das empresas de lobby entregues à Secretaria de Registros Públicos do Senado, e foram compilados pela ONG Open Secrets. Segundo os registros, os gastos totais com esse tipo de serviço nos EUA somaram US\$ 2,5 bilhões de janeiro a junho deste ano, mais da metade da soma de 2024 (US\$ 4,4 bilhões), com um total de 12.674 lobistas oficialmente registrados.



Empresas contratam lobby para discutir com governo Trump Foto: Andrew Caballer/AFP

Por trás dos maiores desembolsos aparecem empresas como General Motors, Meta e entidades como a Câmara de Comércio dos EUA. Já as brasileiras representam uma fatia modesta do bolo total que aparece nos relatórios. Desde o fim dos anos 1990, quando começam os registros, até agora, desembolsaram um total de cerca de US\$ 30 milhões (R\$ 162 milhões), de acordo com levantamento do Estadão/Broadcast.

Casos

O esforço do lobby não conseguiu livrar a Taurus das tarifas impostas pelo governo Trump. A fabricante brasileira de armas contratou o escritório de lobby Ballard Partners desde o primeiro trimestre para atuar junto às esferas de comércio da administração americana, ao Tesouro e à Casa Branca. O foco principal, segundo os registros, era defender os interesses da empresa (advocacy) e obter diretrizes em torno de temas relacionados à produção local. O Ballard Partners foi o segundo maior prestador de serviços do ramo neste ano.

Em nota ao Estadão/Broadcast, a Taurus afirmou que “todas as iniciativas seguem rigorosamente as regras de compliance aprovadas no Conselho de Administração da empresa e são definidas de acordo com a estratégia da empresa.”

Na última semana, a Taurus confirmou que vai mudar uma linha de montagem do Brasil para os Estados Unidos, como reflexo das tarifas de 50% impostas pelo governo Trump sobre armas. As taxas passaram a vigorar no dia 6.

O mercado americano movimenta mais de US\$ 14 bilhões por ano em armas e é a maior fonte de receitas da fabricante brasileira, com 82% das vendas. A Taurus já tem uma unidade de produção por lá, com capacidade para 800 mil armas/ano, metade do que é produzido na fábrica nacional, localizada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Já a Vale contratou os serviços da Lilette Advisors, no segundo trimestre, para atuar junto ao gabinete presidencial, ao Senado e à Câmara, em temas relacionados ao ambiente político para investimentos em escala comercial em beneficiamento de mineração e produção de metais nos Estados Unidos.

Os serviços prestados pela empresa de lobby também buscaram “cultivar a conscientização sobre o valor da manufatura nos EUA e o crescimento de empregos qualificados relacionados às atividades de aglomerados de minério de ferro e tecnologia de próxima geração nos EUA”, escreveu a Lilette Advisors nos registros.

Em teleconferência de resultados do segundo trimestre, o diretor financeiro da Vale, Marcelo Bacci, afirmou que os Estados Unidos representam apenas 3% das receitas da empresa, a maior parte enviada do Canadá. Portanto, o tarifaço não é um tema prioritário para a empresa, afirmou o executivo.



A Vale, porém, foi escolhida pelo governo americano, no ano passado, para desenvolver uma planta de briquetes em escala industrial no Estado de Louisiana. O briquete reduz o uso de água na produção e tem potencial para diminuir em até 10% as emissões na siderurgia.

O projeto americano da Vale, com capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas ao ano, conta com financiamento do governo dos Estados Unidos e prevê a alocação de até US\$ 282,9 milhões (R\$ 1,5 bilhão) durante todo o período do projeto, até 2031.

As negociações para o projeto foram fechadas no governo do presidente Joe Biden, como parte do Inflation Reduction Act, principal política da administração anterior para promover energias limpas e hoje sob ataque da gestão Trump.

Em nota, a Vale afirmou que “tem o apoio de consultorias externas especializadas em temas ligados a assuntos comerciais diversos, incluindo a identificação de potenciais oportunidades em novos projetos.” A empresa não deu detalhes sobre o andamento do projeto de Louisiana.

Outro nome que aparece pela primeira vez na lista de contratantes de lobby é o do banco BTG Pactual. Assim como a Taurus, o banco buscou os serviços do Ballard Partners, no segundo trimestre, para ajudar em temas relacionados à regulação bancária. O apoio se dá num momento em que o governo Trump prepara um afrouxamento nas regras do sistema bancário americano.

O BTG tem escritórios em Miami e Nova York e oferece serviços que vão desde aqueles prestados na área de banco de investimentos até a gestão de fortunas. Procurado, o BTG não respondeu até a publicação deste texto.

JBS

Com metade das receitas oriundas de seus negócios nos Estados Unidos, a JBS vem ampliando os desembolsos com lobby naquele país nos últimos anos. Em 2025, o valor gasto no primeiro semestre pelo grupo brasileiro com serviços especializados em influenciar esferas públicas americanas praticamente dobrou em relação ao mesmo período do ano passado: passou de US\$ 806 mil para US\$ 1,54 milhão. O avanço se deu num momento de intensas mudanças promovidas pela administração do presidente Donald Trump, especialmente em áreas como imigração e comércio.

O reforço da JBS neste ano se deu principalmente no tema de imigração, em linha com o aumento de gastos com lobby de todo o setor agrícola americano, para defender o afrouxamento das novas regras para estrangeiros. Cerca de 40% da mão de obra no agronegócio é composta de trabalhadores de fora do país sem documentação legal, segundo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A JBS emprega hoje quase 80 mil pessoas em diferentes áreas de negócios nos EUA e Canadá.

O grupo busca apoio externo para lobby desde 2007 e atualmente tem contratos com três empresas especializadas, além dos serviços próprios. Ao todo, 14 profissionais estão associados ao trabalho, em temas que vão desde comércio internacional até inspeção sanitária e desmatamento.

Os dados constam de relatórios com declarações de boa-fé das empresas de lobby entregues à Secretaria de Registros Públicos do Senado, e foram compilados pela ONG Open Secrets. Não é possível traçar paralelos com o Brasil porque no País não há levantamento semelhante.

As informações também não incluem outras iniciativas da JBS na frente política. Uma doação de US\$ 5 milhões feita pela Pilgrim's Pride, empresa adquirida pela família Batista no país, para a posse do presidente Donald Trump virou alvo de críticas de políticos da oposição. O valor superou contribuições feitas por empresas como Apple e Google.

Somente na divisão de carnes, a JBS tem 10 plantas de processamento bovino espalhadas pelos Estados Unidos. Neste ano, o grupo, com receitas totais de R\$ 114 bilhões no primeiro trimestre, aprofundou os laços com o país, ao conseguir finalizar a listagem na Bolsa de Nova York, um movimento que ampliou a fatia de estrangeiros entre os investidores da empresa.



Embraer e Braskem

Enquanto a JBS aumentou seus esforços com firmas especializadas, a Embraer manteve os gastos estáveis neste ano, num total de US\$ 120 mil. A fabricante brasileira de aviões obteve a mais simbólica vitória nas negociações com o governo Trump, com a exclusão da tarifa adicional de 50% imposta às exportações brasileiras.

O esforço de convencimento foi feito pelo próprio presidente da companhia, Francisco Gomes Neto, com representantes do governo brasileiro. O executivo participou de encontros com os secretários americanos do Comércio, Howard Lutnick, do Tesouro, Scott Bessent, e dos Transportes, Sean Duffy.

A exclusão da tarifa adicional evitou um impacto negativo potencial de US\$ 20 bilhões até 2030, conforme calculou a Embraer. Ainda assim, a empresa está incluída na tarifa adicional de 10% inicialmente anunciada por Trump a produtos brasileiros, um custo que deve ter um peso negativo de US\$ 65 milhões em 2025.

A Embraer é uma das mais antigas contratantes de lobby nos EUA, com registros desde o final da década de 1990, esforço que já contribuiu para a vitória de contratos junto à área de Defesa americana. Ao contrário da JBS, a empresa vem reduzindo os gastos com lobby desde 2019. Atualmente, conta com duas prestadoras de serviços externas, além de atuação própria. Ao todo, tem oito profissionais associados à atuação, em temas que vão desde segurança em aviação até a regulamentação de combustível sustentável.

Outra tradicional contratante entre as brasileiras é a Braskem, com gastos registrados desde 2011. O caso é semelhante ao da Embraer. Nos últimos anos, a petroquímica vem reduzindo os desembolsos com lobby nos Estados Unidos e, em 2025, manteve o valor estável apesar do tarifaço, em US\$ 40 mil.

A petroquímica calcula que o mercado americano representou 0,7% da receita da companhia no primeiro semestre e avaliou que os produtos mais relevantes exportados para lá ficaram de fora da tarifa de 50%. O restante, segundo a empresa, será redirecionado a outros destinos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/08/2025

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

GRUPO MATEUS CRESCE ACIMA DO VAREJO NO 2º TRI E MANTÉM FOCO EM RENTABILIDADE

Grupo, que no primeiro ano da atual estratégia priorizou crescimento de vendas, agora direciona esforços para melhorar a rentabilidade

Por Ma Leri, Valor — São Paulo

O Grupo Mateus encerrou o segundo trimestre de 2025 com receita líquida de R\$ 8,8 bilhões, avanço acima do desempenho do varejo no Brasil e no Nordeste, segundo o o diretor-presidente, Jesuíno Martins Borges Filho. O resultado reflete a “resiliência e robustez” da operação e o posicionamento multicanal da companhia. “Nós somos uma empresa multicanal e a composição desses canais nos fazem chegar nesse patamar”, afirmou o executivo.



Grupo Mateus, rede de varejo — Foto: Reprodução

As "vendas em mesmas lojas" cresceram 6,1% no período — resultado abaixo da inflação de alimentos, mas superior ao registrado no quarto trimestre de 2024 e no primeiro trimestre de 2025.

Borges Filho atribuiu o avanço principalmente ao aumento de preços, com impacto mais moderado no volume. “Grande parte do crescimento vem de preço, um volume significativo, e essa expansão contribui para que o crescimento mesmas lojas seja comedido”, disse o executivo.

Fechamento de lojas

A operação de eletrodomésticos foi impactada pelo fechamento de 10 unidades no trimestre — cinco no Pará, quatro no Maranhão e uma no Piauí —, encerrando junho com 95 lojas. Apesar disso, o executivo afirmou que a empresa manteve margens brutas “bastante consistentes” e um Ebitda resiliente.

O grupo, que no primeiro ano da atual estratégia priorizou crescimento de vendas, agora direciona esforços para melhorar a rentabilidade. “O ano 1 teve o foco em venda e o ano 2, rentabilidade. O mercado passa por um momento específico e tentamos encontrar o melhor equilíbrio e o melhor resultado”, afirmou Borges Filho.

Aposta em novos formatos para sustentar resultados

A empresa encerrou o segundo trimestre com 271 lojas, após abrir quatro unidades no primeiro trimestre — incluindo uma em Porto Franco (MA) — e fechar dez pontos de eletrodomésticos. Segundo o presidente do conselho de administração, Ilson Mateus Rodrigues, a companhia segue avaliando sua rede para garantir eficiência e reduzir estoques.

“Nós continuamos analisando. O eletro é uma categoria que está em baixa e estamos olhando isso para destravar capital e o mais importante é que estamos pensando em inovação e tecnologia, e em outros canais de negócio”.

A empresa tem mais de 16 unidades em construção em diversos estados, com destaque para Pernambuco, onde duas lojas foram inauguradas e outras três estão em andamento.

Jesuíno Filho afirmou que, para o próximo trimestre, a companhia já tem mapeadas novas oportunidades de eficiência na regional recém-integrada, com destaque para redução de despesas, controle de perdas — “um ponto de atenção no varejo alimentar nos últimos anos” — e ganhos no Novo Atacarejo.

O executivo também observa que a inflação de alimentos no Nordeste está em alta desde o início do ano, ao mesmo tempo em que o consumidor da região está mais seletivo e com orçamento restrito, optando por marcas mais baratas. “Nos últimos trimestres, o Nordeste passou por uma alíquota de ICMS. Nesse contexto, tentamos fazer tudo o que está ao nosso alcance, para manter o varejo vivo com o nosso aniversário agora em agosto. Nós queremos fazer desse aniversário o mais forte possível”, disse.

Campanha com cantora Joelma

O vice-presidente de operações e logística, Sandro Oliveira, acrescentou que a estabilidade do Ebitda e a expansão sustentam resultados consistentes, com o canal alimentar respondendo por um terço das vendas no trimestre. A campanha de aniversário — “30 dias de muitas ofertas” — terá a cantora Joelma como estrela, reforçando a estratégia de comunicação regionalizada.

O diretor financeiro do grupo Mateus, Túlio José de Queiroz, afirmou que a gestão de estoque está mais precisa, e que a expansão da companhia deve ser feita com recursos próprios. “O terceiro trimestre é o de maior atenção para nós”, disse.

Queiroz acrescentou que o fechamento de dez lojas de eletrodomésticos terá impacto nas próximas demonstrações, mas que a companhia segue em análise sob a ótica de geração de valor. “A agenda de eletro continua e estamos focados nisso”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/08/2025

ENEVA TEM QUEDA DE 65,8% LUCRO LÍQUIDO NO 2º TRIMESTRE, PARA R\$ 364,5 MILHÕES

Variação cambial sobre o passivo em dólar referente ao arrendamento do terminal de regaseificação da térmica Porto de Sergipe I, entre outros fatores, se refletiu na queda do lucro

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Eneva, empresa de energia, óleo & gás — Foto: Divulgação/Eneva

A Eneva registrou queda de 65,8% no lucro líquido do segundo trimestre, quando apurou R\$ 364,5 milhões, contra o montante de R\$ 1,06 bilhão apurado em igual período no ano passado.

A variação cambial sobre o passivo em dólar americano referente ao arrendamento do terminal de regaseificação flutuante (FSRU, na sigla em inglês) da térmica Porto de Sergipe I, entre outros fatores tributários e financeiros, se refletiu na queda do lucro.

A receita líquida da companhia cresceu 80,9% no segundo trimestre, para R\$ 3,51 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado teve aumento de 55,9% no período, para R\$ 1,66 bilhão, frente ao apurado um ano antes.

A dívida líquida da Eneva recuou 14,1% no trimestre findo em junho, para R\$ 15,315 bilhões, enquanto a alavancagem — indicador resultante da relação entre dívida líquida e Ebitda — encerrou o trimestre em 2,7 vezes.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/08/2025



AGÊNCIA BRASIL - DF

TARIFAÇÃO: LULA ANUNCIA CRÉDITOS DE R\$ 30 BI PARA EXPORTADORES. 'TEXTO 100% DEFINIDO', DIZ HADDAD

Texto da Medida Provisória será assinado e apresentado nesta quarta (13/8) afirmaram Lula e Haddad. Prioridade é atender os pequenos produtores que não têm alternativas à exportação aos Estados Unidos

Por Agência Gov

O presidente Lula informou que o Governo Federal apresentará nesta quarta-feira (13/8) ao Congresso Nacional uma Medida Provisória contendo uma série de ações destinadas a defender o

setor produtivo e exportador brasileiro contra danos do tarifaço do governo de Donald Trump ao Brasil. Entre as medidas, disse o presidente, está uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para atender exportadores brasileiros.



Tarifaço: Lula anuncia créditos de R\$ 30 bi para exportadores. 'Texto 100% definido', diz Haddad
Jefferson Rudy/Agência Senado e Reprodução/BandNews

Em entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, no programa O É da Coisa, na BandNews, Lula explicou que as iniciativas do Executivo devem contemplar, além do crédito, compras governamentais, auxílio à abertura de novos mercados e também investimentos para que os setores exportadores expandam seus

negócio no próprio mercado interno.

"Amanhã eu vou assinar uma MP que cria uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para as empresas brasileiras que, porventura, tiverem prejuízos com a taxaço do Trump. R\$ 30 bilhões é o começo", disse Lula.

"Vai ser importante para que a gente possa mostrar que ninguém ficar desamparado por conta da taxaço do presidente Trump, de que nós vamos cuidar dos trabalhadores dessas empresas, vamos procurar achar outros mercados para essas empresas. Nós estamos mandando a lista dos produtos que a gente vendia para os Estados Unidos, para outros países", revelou o presidente.

Lula reforçou que a intenção do Governo Federal é estimular governos de outros países que mantém boa relação comercial com o Brasil a expansão de negócios de parte a parte. "Também vamos incentivar empresários a brigar pelos mercados. Não dá para deixar barato a taxa do Trump. Tem lei nos Estados Unidos que eles podem abrir processo, eles podem brigar lá. É isso que nós queremos que aconteça e eu acho que vai dar certo", disse.

Ele reiterou ainda que estão em andamento ações junto à Organização Mundial do Comércio e estudos sobre o emprego da lei de reciprocidade.

Texto 100% definido

Antes, ao deixar audiência no Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia afirmado que o pacote de medidas para apoiar os exportadores brasileiros afetados pelas tarifas de 50% impostas pelo governo dos Estados Unidos a produtos do Brasil está 100% definido.

"O texto está 100% definido. É um projeto que contempla as várias demandas do setor produtivo. Nós tivemos reuniões com os setores produtivos e eu penso que, dentro dos limites estabelecidos, ele contempla particularmente os setores afetados pelo tarifaço", destacou Haddad.

O ministro fez a previsão após participar de audiência na comissão mista do Senado que analisou a Medida Provisória (MP) 1.303/2025, que trata das novas regras de tributação sobre aplicações financeiras e ativos virtuais.

O pacote de contingência foi elaborado em conjunto pelos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), e das Relações Exteriores (MRE). A MP deve incluir além das linhas de crédito e da facilitação ao comércio, eventuais desonerações. A prioridade é atender os pequenos produtores que não têm alternativas à exportação aos Estados Unidos.



No último dia 6, entrou em vigor a tarifa de 50% imposta sobre parte das exportações brasileiras para país norte-americano. A medida, assinada no dia 30 de julho pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afeta 35,9% das mercadorias enviadas ao mercado norte-americano, o que representa 4% das exportações brasileiras.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 13/08/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SETOR AQUAVIÁRIO MOVIMENTOU 653,7 MILHÕES DE TONELADAS NO 1º SEMESTRE

Da Redação Portos e logística 13/08/2025 - 18:16

Com 653,7 milhões de toneladas, o setor aquaviário registrou no primeiro semestre de 2025 crescimento de 1,02% na movimentação de cargas, em comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados, do Painel Estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foram divulgados nesta quarta-feira (13). Segundo a agência, foi o maior volume para primeiros seis meses do ano desde o início da série histórica, em 2010. Além disso, a movimentação de junho, de 120,4 milhões de toneladas, foi recorde para o mês.

De acordo com a Antaq, a alta foi puxada principalmente pelas cargas containerizadas e por granéis sólidos, que também atingiram o maior patamar desde 2010. No caso dos contêineres, a movimentação atingiu 78,1 milhões de toneladas, com aumento de 6,17%. Do total, 53,7 milhões de toneladas foram movimentadas em operações de longo curso, 23,7 milhões na cabotagem e 700 mil toneladas em navegação interior e de apoio portuário. Em TEUs, a movimentação de contêineres foi de 7,3 milhões. No ano passado, esse perfil de carga teve alta de 22,72% e também foi recorde.

Já de granéis sólidos, que representaram 59,2% de tudo o que foi movimentado pelos portos brasileiros, foram 387,1 milhões de toneladas de cargas, com crescimento de 0,7% frente ao primeiro semestre de 2024. E em cargas gerais, que cresceram 5,21% no período, a movimentação atingiu 31,7 milhões de toneladas, enquanto nos granéis líquidos houve recuo de 1,4%, com 156,8 milhões de toneladas.

Os portos públicos mantiveram o mesmo patamar de movimentação do primeiro semestre de 2024, chegando a 231,5 milhões de toneladas nos primeiros seis meses deste ano, com queda de 0,53%. Entre os 20 portos públicos com mais movimento, o com maior crescimento percentual no semestre foi o Porto do Rio de Janeiro (RJ), que, cresceu 24,9%, com 8,4 milhões de toneladas. Já pelo Porto de Itajaí, em Santa Catarina, que retomou as operações em maio de 2025, passaram 1,7 milhão de toneladas.

Por mais um ano consecutivo, o porto de maior movimentação no semestre foi o de Santos. Com 67,9 milhões de toneladas, ele foi responsável por 10,4% de toda a movimentação portuária dos primeiros seis meses do ano, mas com recuo de 1,09% em relação ao mesmo período de 2024.

Os terminais de uso privado (TUPs) registraram 422,3 milhões de toneladas movimentadas no primeiro semestre de 2025, o que representou aumento de 1,88% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O Terminal Marítimo Ponta Ubu (ES), no Espírito Santo, foi o com maior crescimento na movimentação, com 7 milhões de toneladas e alta de 50,66%. E o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no Maranhão, o que registrou o maior volume de cargas movimentadas, com 75,2 milhões de toneladas e crescimento leve de 0,59%.

Os destaques percentuais entre as mercadorias movimentadas foram os fertilizantes, com mais 13,65% e 20,9 milhões de toneladas, o enxofre, cuja alta foi de 10,76% e teve 1,2 milhão de toneladas movimentados, e a pasta de celulose, com aumento de 9,12% e 12,5 milhões de

toneladas. Em tonelagem bruta, destacaram-se o minério de ferro, com 190,5 milhões de toneladas (+2,5%), seguido pelo óleo bruto de petróleo, com 104,1 milhões toneladas (+0,62%) e a soja, com 93 milhões movimentados (+5,2%).

Segundo os dados divulgados pela Antaq, a navegação interior movimentou 44,3 milhões de toneladas, com crescimento de 2,37%, as cargas de longo curso chegaram a 463,6 milhões e cresceram 2,01%, enquanto a cabotagem teve queda de 1,95% em comparação com o primeiro semestre do ano passado, com 144,8 milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025

SEAGEMS CONCLUI PROJETO BRAVA APÓS 3 ANOS DE PARCERIA NO CAMPO DE ATLANTA

Da Redação Offshore 12/08/2025 - 21:43



A Seagems anunciou que terminou a operação do Projeto Brava, no Campo de Atlanta, na Bacia de Santos. Com o encerramento do projeto, toda a frota da companhia passa a operar exclusivamente em contratos com a Petrobras, informou a empresa. O contrato foi assinado em 2022, e a fase final da operação teve início em abril de 2024, com a mobilização da embarcação Ônix para a execução das atividades submarinas.

Durante o projeto, o navio foi adaptado para atender aos requisitos específicos da operação, incluindo a desmobilização do até então existente sistema EPS (Early Production System) e o redirecionamento dos flexíveis e umbilicais ao novo FPSO Atlanta, além de realizar a conexão de três novos poços. Em 2024, a Seagems firmou contratos com a Petrobras que totalizam 1,8 bilhão de dólares, para a operação de seis navios do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel). O acordo inclui serviços de engenharia submarina e manuseio de dutos flexíveis em diferentes áreas do litoral brasileiro.

Segundo a empresa, as embarcações são usadas em atividades como instalação e retirada de dutos flexíveis, umbilicais eletro-hidráulicos e cabos de energia, novos ou reutilizados. As operações incluem carregamento, assentamento, ancoragem, descomissionamento, interligações, conexões em equipamentos submarinos, instalação de estruturas no leito marinho e testes hidrostáticos, em profundidades que chegam a 3.000 metros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025

A HIDROCLEAN BRASIL ANUNCIOU QUE THIAGO LEMGRUBER É SEU NOVO DIRETOR EXECUTIVO

Executivos 12/08/2025 - 21:40



A Hidroclean, operadora de Centro de Defesa Ambiental (CDA) da Petrobras e representante exclusiva do The Response Group no Brasil anunciou que Thiago Lemgruber é seu novo diretor executivo. Lemgruber acaba de deixar a OSX, onde ocupou o cargo de diretor-presidente de março de 2021 a julho de 2025.

O profissional é graduado em Engenharia Naval e Oceânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado em Segurança de Operações

Offshore. Tem ainda MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getulio Vargas.

A Hidroclean é especializada no mercado de prontidão e resposta a emergências ambientais desde os anos 2000, atuando em serviços portuários, offshore e técnicos (como treinamentos, planos de emergência - PEI, simulados e outros).

Segundo a empresa do grupo Bravante, a tarefa de seu novo executivo será impulsionar estrategicamente a companhia com soluções sofisticadas, seguras e tecnológicas. Ele comandará uma equipe de 700 pessoas, de especialidades diversas, em quase 50 bases em 20 estados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025

BNDES APROVA R\$ 239 MILHÕES PARA SERVIÇOS EM 15 EMBARCAÇÕES E OBRAS DE ESTALEIRO NO AÇU

Da Redação Indústria naval 12/08/2025 - 19:30



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), aprovou a destinação de R\$ 239,3 milhões para reparos, modernizações e conversões em 15 embarcações, a serem realizadas em Navegantes (SC), e para a instalação de uma nova planta de construção naval no Porto do Açú, em São João da Barra, no Rio de Janeiro. Os recursos serão liberados para o grupo Edison Chouest Offshore, que opera estaleiros e terminais portuários e oferece serviços de armação e afretamento de embarcações, de manutenção de infraestruturas submarinas e de apoio

logístico.

A modernização das embarcações tem custo estimado de R\$ 206,8 milhões, dos quais R\$ 186,1 milhões, correspondentes a 90% do total, serão liberados pelo BNDES. Entre as intervenções, destaca-se a remodelação do ATHTS Mr Chafic afretado à Petrobras e que receberá propulsão híbrida, com a instalação de baterias a bordo, o que permitirá a redução de consumo de combustível e de emissões de gases de efeito (GEE).

A outra aprovação envolve suplementação de R\$ 53,2 milhões para a construção de um novo estaleiro, da Navship, do mesmo grupo, dedicado a reparos e manutenção de embarcações no Porto do Açú. O financiamento foi aprovado em 2017, e a conclusão das obras era prevista para novembro de 2019, mas houve necessidade de paralisá-las durante a pandemia de Covid-19. O BNDES já havia repassado R\$ 183,3 milhões para a instalação da nova unidade. O custo total é estimado com R\$ 322,3 milhões, incluindo investimentos com recursos próprios da empresa.

Em 2024, o BNDES aprovou financiamentos de R\$ 6 bilhões com recursos do FMM. Segundo o banco, foi o maior valor aprovado em 12 anos e que representa mais de triplo da soma de 2019 e 2022. Nesse período, o banco de fomento aprovou R\$ 1,9 bilhão para projetos com recursos do fundo setorial. Os R\$ 6 bilhões do ano passado superam também os R\$ 3,9 bilhões dos sete anos anteriores (entre 2016 e 2022).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025

PPU PODE SER ALIADO DAS OPERAÇÕES DE PRATICAGEM EM CASO DE BLOQUEIO DE SINAIS GPS

Da Redação Portos e Logística 12/08/2025 - 21:54



Estudo conduzido pela Navigandi, startup fundada por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Praticagem do Brasil, apontou que é possível fazer operações de atracação e desatracação de navios com segurança e precisão sem uso de sinais de GPS. O trabalho foi realizado por causa especulações sobre a possibilidade de os sinais emitidos por satélites de localização controlados por empresas americanas serem bloqueados para o território brasileiro por determinação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o que poderia causar insegurança à navegação no Brasil.

Um dos motivos para a preocupação com as consequências de um possível desligamento dos sinais de GPS foi o fato de a maioria das embarcações que operam em águas brasileiras dependerem exclusivamente daqueles sinais de satélite transmitidos na frequência L1, para uso civil. Por isso, a perda do sinal comprometeria os sistemas eletrônicos de navegação, afetando sua segurança e dificultando as operações de praticagem.

No estudo, a Navigandi usou o equipamento Portable Pilot Unit (PPU) Navigandi Orbis, um equipamento portátil que pode ser usado pelos práticos em manobras mais complexas de atracação e desatracação. De acordo com a Praticagem do Brasil, primeiro foram feitos testes em laboratório com o GPS desabilitado, mantendo ativas outras alternativas de dispositivos não americanos de localização por satélite. Em seguida, uma manobra de praticagem foi acompanhada em Santos, com o propósito de avaliar a eficiência do sistema em condições operacionais reais.

Os resultados comprovaram que, mesmo sem GPS, o sistema manteve os níveis de segurança e resposta rápida, sendo aprovado como alternativa viável e segura para garantir operações de praticagem com precisão e confiabilidade. Diante dos resultados, o diretor da Navigandi, Rodrigo Barrerl, ressaltou a importância de ter uma opção desenvolvida no Brasil, para garantir a autonomia do transporte marítimo em caso de restrições ao acesso a tecnologias controladas por outros países. Ele disse que a startup seguirá atenta às evoluções geopolíticas e tecnológicas, reafirmando compromisso com a inovação e a segurança da navegação.

O PPU usado nos testes, além de ser portátil, é considerado mais preciso do que os sistemas de bordo. Ele é capaz, segundo a Navigandi, de medir em tempo real a posição e a velocidade do navio, o aproamento, a taxa de guinada, a inclinação e as distâncias para margens e outras embarcações. Além disso, as informações são transmitidas de uma ou duas antenas instaladas na asa do navio para um tablet, no qual prático visualiza toda a movimentação da embarcação sobre a carta náutica atualizada. A precisão é centimétrica, aumentando o controle do prático sobre a posição da embarcação.

O vice-presidente da Praticagem de São Paulo, prático Bruno Tavares, instrutor do Curso de Atualização para Práticos (ATPR), explicou que, quando conduz o navio, o prático conta, além da navegação visual e por radar, com equipamentos de bordo, como a carta eletrônica, que exibe a posição da embarcação em tempo real na carta náutica. "Isso ocorre por meio do posicionamento por satélite conhecido pela sigla GPS", detalhou.

Tavares acrescentou que o PPU, usado em manobras mais complexas, independe dos sistemas de bordo e do GPS porque pode captar outros sistemas de satélite. "Conseguimos comprovar que o PPU tem condição de captar outros sistemas de satélite em operação no mundo, com a mesma segurança para as manobras", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 12/08/2025

EMPRESA DE CONSTRUÇÃO NAVAL DA CHINA REGISTRA LUCRO RECORDE NO 1º SEMESTRE

Da Redação Indústria naval 12/08/2025 - 22:00



A indústria de construção naval chinesa Yangzijiang Shipbuilding, maior empresa de capital privado do setor na China, anunciou que teve lucro recorde de 580 milhões de dólares no primeiro semestre de 2025, com aumento de 37% em relação ao ano anterior. Além do desempenho em seus próprios estaleiros, o resultado foi elevado por operações em joint ventures com as japonesas Zhoushan Tsuneishi Shipbuilding e a Yangzi Mitsui Shipbuilding, que contribuíram com 67 milhões de dólares.

Apesar do lucro, segundo a companhia, sua receita caiu ligeiramente na comparação com o mesmo período do ano passado. A justificativa para a queda no faturamento foi a menor participação de navios porta-contêineres entre as encomendas recebidas de janeiro a junho de 2025. Mas, de acordo com a Yangzijiang, essa redução foi compensada, em parte, por mais pedidos de porta-contêineres de combustível duplo, com tecnologia mais cara e e margem maior para o estaleiro. A empresa informou ainda que atualmente as embarcações com essa característica representam 75% das encomenda que recebe.

Mesmo com os bons resultados, a empresa adiantou que tem recebido menos encomendas do que o esperado. No primeiro semestre de 2025, por exemplo, foram 14 novos pedidos, com valores totais de 540 milhões de dólares, que representaram menos de 10% da meta estipulada para o ano todo no planejamento inicial. Mas a construtora naval chinesa garante que a perspectiva para o ano ainda é boa, já que detém mais de dois bilhões de dólares em cartas de intenção.

A Yangzijiang informou que sua carteira total de pedidos é de 236 navios, no valor total de 23 bilhões dólares, o que lhe dá margem de longa duração em praticamente qualquer mercado, mas avalia a desaceleração como uma mudança em comparação com o boom do ano passado. E debita isso ao anúncio pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que aumentaria as taxas portuárias cobradas sobre operações com embarcações construídas na China.

Essa ameaça, explica a empresa, está levando armadores a buscar construtores navais fora da China. Além disso, a indefinição sobre o comércio internacional criada pelo anúncio de elevação das tarifas de importação cobradas pelos Estados Unidos está levando empresas de navegação a repensar seus planos e adiar pedidos.

A Yangzijiang iniciou em fevereiro a construção de um novo estaleiro, o Yangzi Hongyuan, mas, por causa das indefinições no mercado internacional, arquivou um plano para um outro, o Jiangsu Yangzi Runze Shipbuilding, que ficaria próximo às instalações existentes da Yangzi Mitsui Shipbuilding JV. Essa pausa foi um dos primeiros sinais de que pode haver desaceleração da construção naval chinesa, que desde 2023 apresentava forte demanda com a retomada da produção em plantas que haviam sido fechadas por causa da crise da construção naval na década de 2010.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025

ALEXANDRE KLOH, DO MAC LAREN: AO MENOS 10 ANOS DE OPORTUNIDADES

Por Danilo Oliveira Especial Navalshore 12/08/2025 - 21:30

VP do grupo destaca participação na retomada da construção de petroleiros no Brasil, além do projeto do dique flutuante e aposta no conceito 'One Stop Shop', em parceria com outras empresas. Executivo defende fortalecimento de políticas para dar mais competitividade à indústria naval brasileira



O grupo Mac Laren enxerga um horizonte promissor para a indústria naval, pelo menos, pelos próximos 10 anos. Além da participação na retomada dos grandes projetos de construção naval, no consórcio com a Ecovix, para a construção de quatro petroleiros Handy para a Transpetro, o Mac Laren está atento ao mercado de reparos e serviços e ao aquecimento do segmento offshore. A construção de um dique flutuante, que está em fase final de financiamento, vai demandar US\$ 50 milhões de investimentos. Na semana da 19ª Navalshore, o Mac Laren também vai dar destaque ao conceito 'One Stop Shop', junto a empresas parceiras,

e que é outra forte aposta.

O vice-presidente do grupo Mac Laren, Alexandre Kloh, observa que o segmento de construção naval está em processo de retomada e que as atividades ligadas à logística offshore (manutenção e reparo), que independem da construção, também estão em alta. No caso dos reparos, a leitura é que falta infraestrutura para atender ao volume e tipos de embarcações hoje instaladas e operando no Brasil. Kloh ressaltou que os grandes estaleiros do país não foram concebidos para serem instalações dedicadas à manutenção ou reparo, pois foram vocacionados à fabricação de FPSOs e módulos, por exemplo.

O executivo disse à reportagem que o dique flutuante será um diferencial importante para o negócio e que vai trazer em torno de 2.000 a 4.000 novos trabalhadores. "A construção do dique foi uma decisão muito certa da empresa, no momento muito importante da nossa indústria. Será o maior dique do hemisfério sul e coloca o Mac Laren em posicionamento entre as três maiores empresas do Brasil em atendimento à indústria naval", estima Kloh.

O cronograma de construção da estrutura flutuante é de 12 meses. Esse projeto recebeu prioridade do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e a empresa está em conversas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acertando detalhes como garantias e a modalidade de contratação. Segundo Kloh, esse é um projeto inovador, diferenciado e único da América Latina. "Não tem nenhum outro equipamento similar ao que será construído por nós. Robusto e com capacidade de içamento de 15 mil toneladas. Vamos ter capacidade de atender embarcações de até 160 metros de comprimento", afirmou. Ele acrescentou que é um dique modular, que poderá ser estendido para até 210 metros.

A construção dos Handy da Transpetro tem previsão de iniciar as obras ainda no segundo semestre deste ano. As quatro embarcações vão começar a ser construídas no Estaleiro Rio Grande-ERG (RS) e o acabamento avançado e comissionamento serão em Niterói (RJ), no Mac Laren. Portos e Navios apurou que, no momento, o projeto aguarda a assinatura do contrato de eficácia, que pode ocorrer até o final de agosto. A expectativa é que, em algum momento, as obras alcancem o pico de construção de todos os quatro cascos simultaneamente.

Kloh disse que a equipe de engenharia do Mac Laren já está trabalhando no projeto e que toda a infraestrutura financeira, jurídica, contábil, fiscal, comércio exterior e suprimentos está dentro do escopo. Parte da mão de obra já está contratada no ERG. Ele explicou que as equipes da Ecovix e do Mac Laren já interagem e estarão presentes acompanhando o dia-a-dia e todos os avanços das obras, tanto em Rio Grande quanto em Niterói.

O cronograma contratual dos Handy prevê a construção em até 48 meses, mas Kloh acredita que seja possível antecipar a entrega em até um ano. "Envidaremos todos os esforços para que a construção aconteça no menor prazo possível. O time de engenharia e planejamento trabalha em estudos para antecipar a construção e conseguir entregar em até 36 meses", afirmou.



Hoje, o Mac Laren tem aproximadamente 450 colaboradores e, com o projeto dos Handy deve chegar a 2.450 profissionais. “Vejo potencial de incremento de até 6.000 funcionários num horizonte de 5 a 10 anos”, calculou Kloh. A estimativa dele tem como base toda a demanda projetada de construção, manutenção e reparo versus a atividade logística offshore.

Conteúdo local

A previsão do percentual de conteúdo local dos navios Handy foi ajustada, de 65% para 50%, devido à revisão da proposta técnica e financeira apresentada, a pedido da Transpetro, que tinha um orçamento de construção menor do que o proposto pelo consórcio vencedor, que foi a único a bidar no certame. “Reavaliamos nossa proposta e se fez necessário redução de 9%. Isso teve impacto direto no conteúdo que tinha inicialmente uma previsão de 65% de conteúdo nacional e ficou na faixa de 50,05%”, explicou. Para Kloh, é possível aumentar esse percentual de conteúdo nacional se houver uma política econômica mais agressiva. “Não é um percentual ruim [50%], mas podemos conseguir, com algumas políticas econômicas, trabalhar para aumentar o percentual desse conteúdo”, acredita.

O VP do Mac Laren disse que esse é um grande projeto, que conta com desonerações e incentivos de dispositivos como Drawback, pré-REB e REB (Registro Especial Brasileiro), além da depreciação acelerada, que faz com que a construção nacional fique mais competitiva em relação aos concorrentes internacionais, uma vez que eles não se beneficiam dessa modalidade. Ele falou ainda que é preciso considerar o custo de nacionalização e transporte, uma vez que essas embarcações vão integrar um ativo circulante da Petrobras. “Hoje vejo viabilidade grande de se construir no Brasil considerando em torno de 65% de conteúdo nacional, o que posiciona a gente para alavancar muito mais os estaleiros”, analisou.

Kloh reconhece que existe uma grande responsabilidade desse projeto por se tratar do primeiro contrato depois de 10 anos de retração e paralisação da indústria naval nacional. “Sem dúvida, esse contrato tem peso muito relevante para o mercado nacional e para as duas empresas (Mac Laren e Ecovix). Não precisamos demonstrar capacidade produtiva e operacional já que a história das empresas fala por si só”, ponderou. Ele destacou que o Mac Laren, que está em operação desde a década de 1940, participou da construção da primeira frota de embarcações de apoio marítimo no Brasil, bem como das primeiras plataformas e outros projetos do setor de petróleo.

“Sem dúvida, tem esse peso e essa responsabilidade. Falando da retomada da indústria naval, considerando o cenário que a Petrobras vem apresentando e o cenário que a Transpetro com o ‘TP 25’ já apresentou que vai acontecer nos próximos 12 meses, temos demanda de construção para próximos 10 anos”, espera. Essa programação traz uma perspectiva muito positiva para o setor. O VP do Mac Laren considera, no entanto, que é preciso trazer de volta a confiabilidade dos demais segmentos que têm relação com projeto de construção naval, como grandes bancos e seguradoras.

Segundo Kloh, muitos desses agentes estão avessos ao risco de construção naval dado ao que aconteceu no passado. “Temos que olhar para frente, não podemos ficar focados no que aconteceu no passado”, sugeriu. Ele conta que a contratação dos seguros foi um desafio para os Handy, com algumas dificuldades para superar em relação à adesão ao risco da construção naval. O projeto dos Handy tem o Bureau Veritas (BV) como sociedade classificadora.

Em relação às discussões macroeconômicas, a avaliação é que as taxações não impactam a construção das embarcações, mesmo 49% do contrato sendo comprados em dólar. Kloh explicou que, mesmo se o dólar sofrer uma oscilação muito grande, o contrato prevê uma forma paramétrica de equalização em caso de variação cambial. Na última semana, por exemplo, a moeda americana sofreu queda.

Um dos fatores que elevaria novamente o percentual de conteúdo nacional é se o aço fosse adquirido no Brasil. “Em relação à guerra tarifária, temos expectativa de que a indústria nacional venha a refletir no seu preço se tornando mais competitiva e atraente no mercado interno. Não descartamos — e conversamos com algumas empresas — fazer um ‘aperto’ à indústria nacional.

Um dos desafios é voltar a reunir a mão de obra para a construção naval, aumentando a atratividade dessa atividade, que foi desacreditada nos últimos anos. Além da construção, Kloh mencionou as revitalizações em campos maduros de exploração de petróleo e gás (REVAMP). “É preciso mostrar que não temos um projeto de 3 ou 4 anos, temos um projeto de 10 anos, que vão virar 20 anos, uma vez que existem diversas frotas que precisam ser renovadas”, salientou.

Kloh defende que somente o apoio do governo federal para uma política de Estado forte economicamente contribuirá para a construção naval brasileira fazer frente aos pares internacionais, sobretudo os asiáticos, que possuem modelo de construção e índices homem/hora trabalhada (H/H) por tonelada completamente distinto do brasileiro. Ele entende que esse empenho do governo e das empresas para colocarem demandas ajudarão a montar uma ampla carteira de projetos e maior precisão aos custos de construção nacional.

“Por mais que tenha concorrência internacional e seja difícil competir com chineses, precisamos entender o custo de fabricação do nosso país e criar política de Estado econômica para fazer frente ao mercado asiático. Senão, mesmo considerando um bid internacional que tenha que integrar ativo circulante e que ele tenha que considerar transporte, eles [concorrentes estrangeiros] conseguem ser agressivos a ponto de ficar abaixo, considerando todos esses custos”, alertou.

Navalshore

O grupo Mac Laren participará da 19ª edição da Navalshore, a principal feira e conferência da indústria marítima e offshore da América Latina, que acontecerá de 19 a 21 de agosto, no Expo Rio, no Rio de Janeiro (RJ). Um dia antes da feira (18), a empresa promoverá o 'One Stop Shop Day', no Centro Cultural da FGV, também no Rio, reunindo autoridades, especialistas e líderes do setor para debater inovação, sustentabilidade e manutenção naval.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025

NITERÓI ENCAMINHA PL PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DO SETOR NAVAL

Da Redação Indústria naval 12/08/2025 - 20:17



O prefeito de Niterói (RJ), Rodrigo Neves, anunciou na última segunda-feira (11), em reunião com empresário e executivos de empresas ligadas à construção naval, o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Roberto Aderny, e o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, que enviou na semana passada à Câmara de Vereadores da cidade projeto de lei que concede descontos para que empresas do setor quitem dívidas com o município. Segundo ele, a expectativa é que a proposta seja votada ainda este mês.

O projeto oferece descontos de até 100% sobre juros e multas e parcelamento em até 240 meses de dívidas tributárias das empresas do setor naval. A expectativa inicial da prefeitura é arrecadar mais de R\$ 300 milhões. A proposta, que prevê ainda outras facilidades para empresas em recuperação judicial ou em falência, foi elogiada por Miro Arantes, CEO do estaleiro Mauá, que está em recuperação judicial. “Sem esse projeto de lei, estaleiros como o Mauá não conseguiriam dar conta de suas dívidas”, afirmou Arantes.

A presidente do estaleiro Mac Laren, Gisela Mac Laren, disse que os incentivos para a retomada do setor vêm acompanhados de investimentos privados e citou como exemplo a construção de um grande dique que sua empresa está fazendo na Ilha da Conceição. “O Mac Laren tem um compromisso com o desenvolvimento de Niterói”, afirmou ela.

No encontro, Rodrigo Neves informou ainda que a dragagem do Canal de São Lourenço será terminada até o início do ano que vem e que o aumento da profundidade permitirá receber e construir embarcações maiores nos estaleiros niteroienses. Segundo ele, apesar de serviços de dragagem



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 114/2025
Página 63 de 63
Data: 13/08/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

serem responsabilidade federal, a Prefeitura assumiu o trabalho por reconhecer a importância do setor para a geração de emprego e renda em Niterói.

O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, lembrou que a retomada da indústria naval depende de encomendas de grandes navios e plataformas e anunciou, na reunião, que até o fim de 2026 a empresa vai licitar 25 navios. “Além desses navios, eu tenho 20 barcas para serem construídas e acredito que vários estaleiros de Niterói podem participar também”, disse Bacci.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Revitalização do Centro de Niterói, Fabiano Gonçalves, afirmou que a cidade pode ser uma das mais beneficiadas com a retomada do setor, principalmente em relação a navios e plataformas, desde a fabricação até a desativação e a desmontagem. Além disso, disse ele, o município está empenhado em qualificar mão de obra de jovens atendidos por programas da Prefeitura para direcioná-los ao setor. “Nosso objetivo é reter talentos em Niterói, promovendo o desenvolvimento local e o aumento da massa salarial”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/08/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 13/08/2025